



# PPP

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



### NÚCLEO REGIONALIZADO A



SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO





# **NÚCLEO REGIONALIZADO A**

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Núcleo Regionalizado A  
Secretaria Municipal de Educação  
*ANGUERA-BA, 2022*

*Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.*



**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Renan Iury Mendes Brito

**COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:**

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

**DIRETORA ESCOLAR**

Daniela Freitas Ataíde

**COORDENADOR PEDAGÓGICO:**

Prof Diego Macário da Silva

**PROFESSORAS:**

Denilsa Freitas Ataíde

Deliane Vieira Silva

Josenice Balbina de Almeida

**DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**

Anderson Sampaio Oliveira



## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

#### **1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

##### **1.1 Perfil Identitário**

1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Características e finalidades

##### **1.2 Linha do Tempo: História Institucional**

##### **1.3 Diagnóstico Atual**

1.3.1 Avaliação Institucional

#### **2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**

2.1 Conceção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

2.2 Conceção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3 Conceção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4 Conceção de Currículo

2.4.1 Fundamentos do Currículo

2.4.2 Princípios do Currículo

2.5 Conceção de Gestão Democrática

2.6 Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1 A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2 O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3 O respeito à diversidade

#### **3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

3.1 O Planejamento Pedagógico

3.2 A Avaliação para a Aprendizagem

3.3 Os Temas Integradores

3.4 Perfis Esperados do Professor e do Aluno

#### **4. ETAPAS DO ENSINO**

4.1. Educação infantil

4.1.1 Creche

4.1.2 Pré-escola

4.2 Ensino Fundamental

4.2.1 Anos Iniciais

- 4.2.2 Transição da Creche para a Pré-escola
- 4.2.3 Transição da Pré-escola para o 1º Ano
- 4.2.4 Transição do 2º Ano para o 3º Ano
- 4.2.5 Transição do 5º Ano para o 6º Ano

## **5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO**

- 5.1. A Política da Educação Inclusiva
  - 5.1.1 Concepção da Escola Inclusiva
  - 5.1.2 Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
  - 5.1.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva
  - 5.1.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.2 A Política de Educação do/no Campo
  - 5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo
  - 5.2.2. Princípio Orientadores da Educação do/no Campo
  - 5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo
  - 5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.3. A Política Da Educação de Jovens e Adultos
  - 5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos
  - 5.3.2. Princípio Orientadores da Educação de Jovens e Adultos
  - 5.3.3. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.4. A Política da Inovação Tecnológica
  - 5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica
  - 5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica
  - 5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica
  - 5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação
- 5.5. A Política De Assistência Estudantil
  - 5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil
  - 5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil
  - 5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil
- 5.6. A Política De Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores
  - 5.6.1. Concepção da Formação Continuada
  - 5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada
  - 5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

## 5.7. A Política De Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

## **6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **REFERÊNCIA**

## **ANEXO**

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, intitulado como Projeto Político Pedagógico, das Escolas que compõem Núcleo Regionalizado A, o mesmo é composto pelas escolas: Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida( sede do Núcleo), Prédio Escolar Maria José Silveira, Prédio Escolar Profª Hélia Maria Brandão, Prédio Escolar São José, Prédio Escolar Elói Caetano da Silva e Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho. Este documento se torna primordial para que as instituições de ensino consolidem um movimento constante de crescimento e aperfeiçoamento da qualidade do ensino prestado. Segundo a Base Nacional Comum Curricular o PPP será:

*Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusivas (BNCC, p.7)*

Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico tem um caráter dinâmico, sendo elaborado de forma coletiva, por meio do dialogo, discussões, partilhas de experiências e outros meios que nos possibilitaram discorrer sobre a importância do mesmo para o chão das nossas instituições. Assim o projeto aqui apresentado demonstra os princípios norteadores, os objetivos propostos da educação, onde colocaremos a disposição da comunidade escolar com o intuito de se apropriarem e atuarem em coerência com as diretrizes filosóficas, pedagógicas e administrativas.

Dessa forma, propomos por meio deste documento que a comunidade escolar seja desafiada a vivenciar na pratica a utilização do mesmo. Por meio do PPP eles terão acesso a tudo que será desenvolvido, desse modo, ao terem contato com o mesmo, possam ter uma visão geral da realidade das escolas, dos objetivos a serem alcançados, tendo esse conhecimento possam se sentir chamados a integrarem o desenvolvimento prático desse documento.

## **1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Núcleo Regionalizado A, atende no momento a cento e noventa e cinco alunos. E tem por finalidade o atendimento a Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos os alunos residem na zona rural, porém, em comunidades diferentes.

A Escola Ovídio Balbino de Almeida, situada no povoado da Fazenda Laje Anguera-Bahia, a mesma funciona em prédio próprio pertencente à Rede Municipal de Ensino, sendo uma escola Regionalizada que integra as escolas, Prédio Escolar Maria José Silveira (Guaribas), Prédio Escolar Eloi Caetano da Silva (Fazenda Massapê), Prédio Escolar Profª Hélia Maria Brandão (Fazenda Roçado), Prédio Escolar São José (Fazenda Cajá) e Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho (Fazenda Jacobina).

Todos os professores que atuam na escola possuem formação específica em Pedagogia ou Licenciaturas, alguns são contratados e outros efetivos. As turmas são distribuídas da seguinte forma: um professor regente para cada turma do fundamental que trabalha com Língua Portuguesa, Matemática e Arte, um professor complementar que fica com os outros componentes curriculares: História, Geografia, Ensino Religioso e Educação Física. As reuniões com os pais acontecem por etapa ou sempre que necessário. A faixa etária dos alunos no diurno varia de dois a doze anos, a noite são jovens de vinte anos até idosos de oitenta anos.

**NOME:** Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida

**ENDEREÇO:** Fazenda Laje

**CEP:** 44 670 0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Fazenda Laje

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** 75 32396507

**CNPJ:** 15.621.267/0001-73

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29387086

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil, Fundamental I e EJA

<b>CÓDIGO DAS TURMAS</b>			
Grupo 3, 4 e 5	1º e 2º ano	3º e 4º ano	5º ano
26921502	26921500	26921501	26921499

<b>ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR</b>		
<b>MATUTINO</b>	<b>VESPERTINO</b>	<b>NOTURNO</b>
G3, G4 e G5	1º e 2º ano	EJA
7h30min às 11h30min	13h às 17h	17h às 21h
3º e 4º ano	5º ano	
7h30min às 11h30min	13h às 17h	

**NOME:** Prédio Escolar Maria José Silveira

**ENDEREÇO:** Guaribas

**CEP:** 44 670 0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Guaribas

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** (75) 32396507

**CNPJ:**

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090261

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil

CÓDIGO DAS TURMAS			
Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
26851361	26851362	26851363	26851364

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR	
MATUTINO	VESPERTINO
G3 e G4	G2 e G5
7h30min às 11h30min	13h às 17h

**NOME:** Prédio Escolar São José

**ENDEREÇO:** Fazenda Cajá

**CEP:** 44670-0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Fazenda Cajá

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** 75 3239-6507

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090334

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil

CÓDIGO DAS TURMAS
Grupo 3, 4 e 5 Matutino
27277422

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR	
MATUTINO	NOTURNO
G3, G4 E G5	EJA
7h:30min às 11h30min	17h:00 às 21h:00

**NOME:** Prédio Escolar Elói Caetano da Silva

**ENDEREÇO:** Fazenda Massapê

**CEP:** 44670-0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Fazenda Massapê

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** (75) 3239-6507

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090156

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil e Fundamental I

CÓDIGO DAS TURMAS	
Grupo 3 ao 1º ano	3º e 4º ano
27000744	27000743

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR	
Matutino	Vespertino
G3 ao 1º ano	3º e 4º ano
7h30min às 11h30min	13h:00 às 17h:00

**NOME:** Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão

**ENDEREÇO:** Fazenda Roçado

**CEP:** 44 670 0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Fazenda Roçado

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** 75 32396507

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090326

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil

<b>CÓDIGO DAS TURMAS</b>
Grupo 3 ao 1º ano Matutino
26848470

<b>ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR</b>
<b>Matutino</b>
G3 ao 1º ano
7h30min às 11h30min

**NOME:** Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho

**ENDEREÇO:** Fazenda Jacobina

**CEP:** 44670-0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Fazenda Jacobina

**E-MAIL:** *nucleo02.anguera@gmail.com*

**TELEFONE:** (75) 3239-6507

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090130

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Ensino Fundamental I

CÓDIGO DAS TURMAS	
1º e 2º ano Matutino	3º e 4º ano Vespertino
27009615	27009616

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR		
Matutino	Vespertino	Noturno
1º e 2º ano	3º e 4º ano	EJA
7h30min às 11h30min	13h às 17h	17h às 21h

**NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:**

17 turmas (14 regular e 3 da EJA) que formam um total de 195 alunos (131 regular e 64 da EJA)

**QUADRO DE PROFISSIONAIS**

<b>ESCOLA MUNICIPAL OVÍDIO BALBINO DE ALMEIDA</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
DANIELA FREITAS ATAIDE	DIRETORA	ESPECIALIZAÇÃO
DIEGO MACÁRIO DA SILVA	COORDENADOR	ESPECIALIZAÇÃO
JOABE FERREIRA DA SILVA	SECRETÁRIO ESCOLAR	MÉDIO COMPLETO
NUBIA ROSARIO PINTO	AG.TECNOLÓGICA	MÉDIO COMPLETO
MARIA JOSÉ OLIVEIRA BRITO	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
DELIANE VIEIRA S. GONÇALVES	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
DENILSA FREITAS ATAIDE	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
FABIANA DOS SANTOS COSTA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
JOSENICE BALBINA DE ALMEIDA	PROFESSORA	MÉDIO COMPLETO
LUCELMA DE ALMEIDA SILVA	(AUXILIAR)	SUPERIOR COMPLETO
NILZA SILVA SENA	(AUXILIAR)	SUPERIOR COMPLETO
CRISPINIANA DIAS V. DE JESUS	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
ANA RITA GONÇALVES CARVALHO	AUX. DE DES. EDUCACIONAL.	MÉDIO COMPLETO
ÁUREA FERREIRA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO
ELIETE GUEDES SANTANA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. INCOMPLETO
ANGELA DOS SANTOS SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. INCOMPLETO
FABIANA G. DOS SANTOS	MERENDEIRA	MÉDIO COMPLETO
CLAUDINEA GONÇALVES MATOS	MERENDEIRA	MÉDIO COMPLETO
ROMILSON G. DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA	MÉDIO COMPLETO
ANASTACIA B. DE LIMA MELO	AGENTE DE PORTARIA	MÉDIO COMPLETO

<b>PREDIO ESCOLAR ELÓI CAETANO DA SILVA</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
CRISTINA MOREIRA S. BEIRÃO	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
JULIANA DA SILVA NUNES	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
ANA CELIA DE O.FERREIRA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MÉDIO COMPLETO
CLEUZA DOS SANTOS OLIVEIRA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	SUPERIOR COMPLETO
HILDA SAMPAIO OLIVEIRA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MÉDIO COMPLETO
JUCILEIDE P. BRITO BEIRÃO	(MERENDEIRA)	MÉDIO COMPLETO
LUCIDE MOREIRA BASTOS	(MERENDEIRA)	MÉDIO COMPLETO
MARIA LUIZA CAITANA MOREIRA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADA
SUELI DA SILVA PIRES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	MÉDIO COMPLETO

<b>PREDIO ESCOLAR MARIA JOSÉ SILVEIRA</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
ANA CRISTINA DOS S. COSTA	PROFESSORA	ESPECIALIZAÇÃO
JOCELIA FERREIRA DA SILVA	PROFESSORA	MÉDIO COMPLETO
JELZA OLIVEIRA DE L. SANTANA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MÉDIO COMPLETO
MARIA DO CARMO S. S. SANTANA	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MÉDIO COMPLETO
ADELINA G. DA SILVA JESUS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	ENS.FUN. I INCOMPLETO
REIJANE C. DOS SANTOS BRITO	ACOM. DAS CRIANÇAS	ENS.FUN. I INCOMPLETO
VITORINO MOREIRA DE JESUS	AGENTE DE PORTARIA	ENS.FUN. I INCOMPLETO
ELIANA DOS SANTOS MAIA	MERENDEIRA	ENS.FUN. I INCOMPLETO
LUCIDALVA DA S. DOS SANTOS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	MEDIO COMPLETO
PETRILA CARNEIRO DE MELO	PROFESSORA	MEDIO COMPLETO
MARIA JOSÉ F. DA SILVA DIAS	PROFESSORA	MEDIO COMPLETO
GIRLENE F. DOS SANTOS MELO	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	MEDIO COMPLETO
JACIENE SILVA BRITO	MERENDEIRA	MEDIO COMPLETO
MARLI DE OLIVEIRA MATOS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	MEDIO COMPLETO
EDILENE LOPES LOBO CRUZ	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	ENS.FUN. I INCOMPLETO
EDLECIA VIEIRA SANTOS	PROFESSORA COMPL.	SUPERIOR COMPLETO
MARIA NUBIA M. CARVALHO	AUX. DE DES. EDUCACIONAL	ENSINO MÉDIO COMPLETO

<b>PREDIO ESCOLAR SÃO JOSÉ</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
MARIA DAS GRAÇAS S.PINTO	PROFESSORA	ESPECILAIZAÇÃO
EDNALVA SILVA BASTOS	MERENDEIRA E AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO
ELIANE SANTOS PIRES	PROFESSORA	ENS. MEDIO COMPLETO
ODACI ANDRADE BASTOS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	FUN. I INCOMPLETO

<b>PRÉDIO ESCOLAR HELIA MARIA BRANDÃO</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
LUCY EVANGELISTA DE JESUS	PROFESSORA	MÉDIO COMPLETO
MARIA HELOISA DE A. SANTA BARBARA	MERENDEIRA	ENS. FUN. II COMPLETO
LUCIANE DA SILVA SANTANA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS	ENS. FUN. I INCOMPLETO

<b>PRÉDIO ESCOLAR DÉCIO AGRÁRIO DE CARVALHO</b>		
<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
NOEMI LIMA OLIVEIRA	PROFESSORA	GRADUACÃO INCOMPL.
CRISTINA COSTA OLIVEIRA	PROFESSORA	SUPERIOR COMPLETO
MIRANI BARBOSA SANTANA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
NATALICE LIMA LOPES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SUPERIOR INCOMPLETO
JOCIENE SANTOS LIMA	MERENDEIRA	MEDIO COMPLETO

## 1.4 Perfil Identitário

### 1.1.3. Função Social: Missão, Visão e Valores

**Função Social:** A escola tem como papel social a tarefa de principalmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que venham despertar o compromisso social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, objetivando fazer uma só aliança. Sendo capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo reinventado, através da criticidade e da participação.

Salienta-se ainda que os alunos serão provocados para lidar com as mudanças, aprenda a conviver, a fazer parcerias, a desenvolver a sua inteligência cognitiva como também a social e emocional, favorecendo a sua capacidade de trabalhar bem com as competências socioemocionais, como prevê a BNCC.

**Missão:** A escola é o local que deve servir aos interesses populares, garantindo a todos, um bom ensino e saberes básicos que reflitam na vida das crianças preparando-as para a vida adulta. Que todas as crianças possam desenvolver o melhor de si, aprender a viver, a criar e a produzir e reproduzir saberes, a relacionar-se com as diferenças.

A escola que queremos, almeja ser um local onde todos estejam comprometidos em educar as crianças com uma visão inovadora e participativa. Um espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, trabalhe um currículo diversificado levando em conta o cotidiano dos que ali vivem, na construção da identidade da escola que os acolham, se identifiquem e dialoguem.

**Visão:** Para a realização de uma educação igualitária e participativa nas escolas do/para o campo é necessário propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino-aprendizagem, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação social, bem como a gestão democrática.

**Valores:** No Núcleo Regionalizado A, desenvolvemos um trabalho pautado na valorização do ser humano e no respeito às diferenças, incentivando um espírito de equipe no qual o trabalho é realizado de maneira conjunta com os professores, pais, membros da comunidade escolar, conselho escolar, bem como ações de projetos

realizados através de parcerias com outros órgãos públicos, tais como: Secretária de Ação Social e Secretaria de Saúde. Visando auxiliar os educandos, nas soluções de problemas sociais, tornando-os atuantes de maneira diretiva, contribuindo assim na formação de uma sociedade mais justa.

Busca-se formar sujeitos autônomos, criativos, éticos, críticos e comprometidos com a sociedade em permanente transformação, que saiba realizar a leitura do tempo e do espaço onde estão inseridos, conseguindo se adaptar às diferentes realidades que a eles forem apresentadas.

#### **1.1.4. Características e finalidades**

Entendemos que, dentre as formas de organização da gestão, a perspectiva democrática apresenta-se coerente com os princípios norteadores das ações coletivas no Núcleo Regionalizado A, uma vez que promove a participação dos diferentes componentes da comunidade escolar nas decisões. A implementação da gestão democrática dentro de nossa instituição de ensino se dá por meio de diversos órgãos e expedientes que promovem a efetiva participação da comunidade escolar.

É importante manter uma comunicação constante numa dimensão que favoreça as relações interpessoais, para isso faz-se necessário que os pais dos alunos ou responsáveis, juntamente com a comunidade em geral se integrem aos diversos espaços escolares, participando do processo educacional e das tomadas de decisões que contribuem para o sucesso da educação.

Portanto, a finalidade da escola perpassa pela busca constante do ensino de qualidade, pela autonomia intelectual e social dos educados, considerando e respeitando a história de vida de cada ser, favorecendo o seu desenvolvimento biopsicossocial e preparando-o para o exercício da cidadania, fazendo com que os direitos de cada um seja respeitado, independente da classe social, religião, etnia, questões de gênero, tornando a escola um espaço de todos, onde se sintam acolhidos e respeitados em suas individualidades.

Neste contexto, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade escolar vejam-se corresponsáveis pela execução e acompanhamento das ações.

Nos processos de gestão, é fundamental compreender que os sujeitos são agentes de mudanças.

*O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p.49)*

Os gestores e cada membro da comunidade escolar têm contribuições indispensáveis na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos colaboradores e a promoção de oportunidades para que todos se sintam parte da escola, identificando-se com seu trabalho e assumindo, de maneira responsável o desenvolvimento dos processos.

Para consolidar a Gestão Democrática na escola foram criados órgãos colegiados que se destinam a prestar assessoramento técnico pedagógico e administrativo. Sendo eles: Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe. O Caixa escolar é uma unidade executora com personalidade jurídica sem fins lucrativos, onde existem regras próprias.

O gestor é responsável por gerir os recursos junto aos membros do conselho fiscal e deliberativo e toda comunidade escolar. Esse recurso financeiro é transferido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola–PDDE, onde o objetivo é comprar os materiais necessários para um bom funcionamento visando melhorar a qualidade do ensino.

O Conselho Escolar trata-se de uma estrutura em forma de colegiado, composta por representantes dos segmentos da comunidade, constituindo-se de discussões de caráter consultivo e/ou deliberativo. A implantação do Conselho Escolar permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada sendo o mesmo constituído da seguinte maneira: 1 Representante do corpo docente, 1 Representante de aluno, 1 Representante de pais de aluno, 1 Representante de servidor administrativo, 1 Representante da comunidade local. Todos esses segmentos têm um titular e um suplente, sendo que o Diretor da escola é caracterizado como membro nato. O Conselho reúne-se bimestralmente ou quando

necessário para resolver problemas e fiscalizar o andamento dos projetos e recursos recebidos pelos programas que a escola aderiu.

Conselho de Classe – É um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógica, com atuação restritiva as turmas do Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino/aprendizagem na relação professor/aluno e os procedimentos adequados a cada caso, observando o que está disposto no Regimento Escolar.

Assim, a escola que almeja realizar uma gestão coerente participativa com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da população.

Considerando que a escola está inserida em uma pequena comunidade, tanto no sentido geográfico como no sociocultural e sabendo que todos são responsáveis e tornando-se parte do processo educacional, desejamos tornar nossa comunidade cada vez mais cooperativa, participativa e atuante. Que se envolva com as atividades escolares e saiba usufruir dos recursos da mesma, de modo que possa aperfeiçoar seus conhecimentos e se sinta comprometida e parceira em prol do bem comum para as gerações de hoje e de amanhã.

## **1.5 Linha do Tempo: História Institucional**

### **Escola Municipal Ovídio Balbino de Almeida**

Os moradores da comunidade necessitavam de uma escola, pois as aulas eram ministradas em uma casa alugada pertencente à senhora Marizete Ferreira da Silva. Nessa perspectiva deu-se início a uma luta coletiva. Houve a concentração dos membros da comunidade na tentativa de conseguir a construção definitiva de um espaço. Estavam à frente dessa luta as Professoras Jocélia Ferreira da Silva e Maria José da Silva Ferreira, e as moradoras Lucila Balbino e Áurea Ferreira da Silva.

A Escola Ovídio Balbino de Almeida está situada na comunidade de Laje. E surgiu a partir de uma reivindicação de líderes dessa comunidade, que foram ao prefeito da época, o Senhor Ari Vieira de Santana Filho. O terreno para a construção da escola foi doado pelo Senhor Alcides, filho do Senhor Ovídio Balbino de Almeida que deu origem ao nome da escola.

A escola foi inaugurada em setembro de 1998, significando um avanço para a comunidade, pois o seu espaço tornou-se um local para reuniões e celebrações religiosas, encontros da Pastoral da Criança, reuniões do sindicato, dentre outros. Desde então a escola vem contribuindo para uma educação de qualidade, envolvendo toda a comunidade escolar e local.

### **Prédio Escolar Maria José de Lima Silveira**

A proposta da construção do Prédio Escolar aconteceu na gestão do Prefeito José Wood Mendes Vieira, o terreno para a construção foi doado pelo Senhor Benedito Modesto da Cruz e concluído na administração do prefeito Armando Sofia Brandão, sendo inaugurada no dia 7 de outubro de 1984.

O Prédio Escolar recebeu o nome de Maria José Silveira, em homenagem, por ela ter sido professora, diretora e Secretária de Educação do Estado. Em 2007 recebeu a medalha Maria Quitéria da Câmara Municipal de Salvador. Além dos cargos que ocupou na área educacional, também foi assessora política de João Durval Carneiro e seus filhos, João Henrique e Sergio Carneiro durante anos.

A referida escola é de fundamental importância para a população, por ser a única que oferta a Educação Infantil no povoado, servindo também como espaço para realização de eventos. Os principais eventos da escola são: festa do dia das crianças, dia das mães, comemoração do dia do estudante, e outras. Atualmente funciona somente a Educação Infantil pelo turno matutino.

### **Prédio Escolar São José**

O Prédio Escolar São José quando inaugurado chamava-se Prédio Escolar da Cajá. Com o passar dos anos, devido o padroeiro da comunidade se chamar São Jose e a capela está situada ao lado da escola, optou-se por tocar o nome da escola para Prédio Escola São José. A escola nasceu da necessidade de se ter uma construção segura para as crianças estudarem, pois anteriormente as aulas

aconteciam em um salão situado em uma casa da comunidade e posteriormente em um armazém velho. Em decorrência da falta de estrutura adequada a comunidade fez um abaixo assinado ao então prefeito, senhor Armando Sofia Brandão solicitando a construção de um Prédio escolar.

O terreno foi doado pela Igreja Católica por isso, recebeu o nome de São José em homenagem ao padroeiro da Comunidade de Cajá. Sendo inaugurada em 18 de Junho de 1987, na administração do Prefeito Armando Sofia Brandão. A escola é muito importante para a comunidade, pois seu espaço físico é usufruído pela comunidade em variados eventos. Atualmente funciona somente a Educação Infantil, sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

### **Prédio Escolar Elói Caetano da Silva**

O Prédio Escolar Elói Caetano da Silva fica localizado na Fazenda Massapê, nasceu de um sonho do senhor Álvaro Alves Moreira em ter uma escola na comunidade, devido ao grande número de crianças em idade escolar, pois, as mesmas tinham que estudar em uma residência familiar ou se deslocarem para localidade vizinha. Movido por esse sonho, o senhor Álvaro Alves Moreira decidiu doar o terreno para que ocorresse a construção.

A escola foi construída na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, inaugurada, no dia 27 de outubro de 1985 e recebeu este nome para homenagear ao sogro do doador, o senhor Elói Caetano da Silva. A primeira professora foi à senhora Ediméia Santos Oliveira, que lecionou em turma multisseriada com 30 crianças. Atualmente funciona, Educação Infantil e Ensino Fundamental (3º e 4º), sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

### **Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão**

O Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão fica localizado na Fazenda Roçado e nasceu do sonho dos moradores de se ter uma escola na comunidade, dentre os quais o senhor Augusto Gomes que foi o doador do terreno.

Por volta dos anos 70, com o crescimento da população, principalmente do número de crianças em idade escolar, começou a se formar grupos de estudos em duas casas residenciais. Porém, em 1978, na gestão do Prefeito José Wood foi

construído o prédio que recebeu o nome de Professora Hélia Maria Brandão, para homenagear a mesma que era diretora de educação do município.

A primeira turma foi formada por 45 alunos de séries multisseriadas e teve como professoras Maria Edelgardes Leite e Maria Zélia Mendes Barbosa. Desde então diversos professores passaram por esta unidade escolar destacando-se a professora Maria das Graças Santos Lima, por ser a organizadora dos melhores momentos desta escola.

Em 1986, os alunos desta escola participaram de um concurso de quadrilha na comunidade de São José em Feira de Santana, quando na oportunidade, receberam o troféu de melhor quadrilha. Atualmente funciona a Educação Infantil pelo turno da manhã, sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

### **Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho**

O Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho localizado na fazenda Jacobina, nasceu da necessidade dos moradores, pois os mesmos estudavam nas casas cedidas pelos próprios professores.

De acordo com Ivani Lobo Freitas umas das primeiras professoras do Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho, os alunos tinham vontade de estudar, eram turmas com mais de trinta alunos, formando assim grupos de estudos funcionando em uma residência, eram muitos alunos e pouco espaço. Um senhor residente na própria comunidade percebeu a necessidade de conseguir um espaço mais arejado, com cadeiras, mesas quadro, pois para se deslocarem para outras localidades seriam mais complicado. Comovido pela situação e sonhando em ter esse espaço em sua comunidade o mesmo fez a doação do terreno.

O terreno foi cedido pelo senhor Ventura Lima que ao perceber a necessidade da localidade fez a doação do terreno na certeza que seus filhos, netos bisnetos ali construiriam histórias passando assim as gerações seguintes. A escola foi construída na gestão do então Prefeito Armando Sofia Brandão, e inaugurada em dezembro do ano de 1985.

O nome da escola Décio foi escolhido pelos políticos da época que com pouco conhecimento resolveram homenagear um fazendeiro que residia vizinho da escola.

Atualmente a escola atende mais de trinta alunos, sendo turmas do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental e a turma do Projeto Educação Popular.

## **1.6 Diagnóstico Atual**

### **1.3.1. Avaliação Institucional**

Compreendemos que as avaliações institucionais nessas unidades escolares, ultrapassam o limite das exposições dos resultados estudantis, propondo-se a mapear mais detalhadamente sobre a condição da escola pública, no que se refere à aprendizagem. Também esses mecanismos avaliativos buscam compreender as condições de cada aluno individualmente e do conjunto das turmas e os caminhos pedagógicos aos quais possibilite como premissa de qualidade de uma escola, que busque garantir a todos não apenas o acesso e permanência, mas, sobretudo, a aprendizagem de qualidade.

A avaliação institucional se constitui como elemento essencial para o desenvolvimento da unidade enquanto instituição de ensino. É um instrumento no qual são colhidas informações que ajudarão no processo contínuo de acompanhamento das escolas, quer seja para a manutenção, que seja para efetuar mudanças, se assim julgarmos necessário. Entendendo que, tanto uma como outra tem como ponto futuro a formação do corpo discente. Oferecendo um espaço que possa favorecer o ensino e a aprendizagem dos que ali se encontram.

Segundo o DCRB, a avaliação institucional se constitui como

*Um instrumento de conhecimento do contexto e da necessidade da instituição escolar tem como objeto a escola na sua totalidade ou o seu processo pedagógico, e deve ser realizada internamente pelo coletivo da escola, envolvendo todos os atores que fazem parte do processo (funcionários, professores, gestores, comunidades, pais e estudantes) é um processo de acompanhamento das atividades desenvolvidas em instituições de ensino, com o objetivo de promover a melhoria contínua da aprendizagem para o progresso dos estudantes, durante a escolarização, pelo aprimoramento da ação pedagógica. (DCRB, p.p. 101-102)*

A avaliação institucional pode se dá por via escrita ou oral (ouvidoria), como também por meio dos emissário do conselho que representam cada setor das unidades escolares. Sendo que essa avaliação pode ser realizada sempre que for oportuna (por membros internos ou externos – comunidade local –), e nas reuniões de pais e do conselho. A partir de então, toda informação colhida será analisada

pela gestão escolar e posta em votação, para à partir daí buscar meios que possam tornar concretas as realidades sugeridas.

O DCRB citando Krug, diz que: “A avaliação não é um fim em si mesmo; é um processo permanente de reflexão e ação, entendido como constante diagnóstico, buscando abranger todos os aspectos que envolvem o aperfeiçoamento da prática sócio-política pedagógica” (DCRB, p. 102)

Assim, a avaliação não pode estagnar naquilo que é discutido, refletido enquanto avaliação, uma vez que, o intuito da mesma é proporcionar melhorias em algum setor que necessite de ajustes e/ou melhorias. Toda avaliação deverá ser realizada tendo em vista as reais necessidades tanto da unidade escolar como dos estudantes.

Entendemos avaliação como processo amplo, contínuo e que envolve vários instrumentos metodológicos, possibilitando diagnosticar, perceber o nível em que os educandos se encontram e assim traçar metas para melhorias ou avanços necessários que proporcione um trabalho “com foco no desenvolvimento de competências e habilidades” (DCRB, 2019 p. 102).

## **2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**

### **2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura;**

**Ser humano:** O Conhecimento humano está sujeito aos diversos referenciais, sendo esclarecido diferentemente em sua origem e ampliação, o que condiciona considerações diversas de homem, cultura, sociedade, mundo, educação, etc. Dentro de um mesmo referencial, é possível haver abordagens distintas, mas de extrema importância no processo educacional ao qual se defende praticar.

A escola enxerga o desenvolvimento integral do ser humano, o que significa considerar não apenas seus sentimentos e intelecto, mas também a forma como este age e interage na sociedade a qual está inserido, relacionando-se com o outro em contextos variados, de forma crítica, e participativa, de modo a interferir e provocar mudanças nesses ambientes.

O intuito da educação proporcionada pelo Núcleo A é formar sujeitos que sejam indivíduos ativos. Entendendo que, o sujeito ativo é aquele que não somente absorve aquilo que a sociedade lhe apresenta, mas, sobretudo, coloca em cheque,

estabelecendo uma análise crítica de toda situação a qual lhe é apresentada como verdade, ou até mesmo, verdade absoluta. Assim, aquele que age de tal maneira, tende a ser sujeito da sua história e não mero observador da mesma.

Dessa forma as escolas do Núcleo Regionalizado, busca preparar e formar as novas gerações, promovendo-as em seu desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e cultural. Para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas possam lutar e buscar pela melhoria da qualidade de vida e assim conquistar seus direitos.

Portanto, através dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, sejam eles: científicos, filosóficos, teológicos, empíricos ou outros, os seres humanos podem se preparar para assumirem seus compromissos e projetos de vida, adentrando no mercado de trabalho, na faculdade e buscando novos conhecimentos, novas habilidades.

**Sociedade e Cultura:** O ser humano por ser um ser social, que agrega normas, possui laços familiares, em seus pares e em sociedade, produz novos conhecimentos mantendo influencias uns na vida dos outros, com isso desenvolve um contexto multicultural, onde temos regras, padrões, crenças, valores, identidades muito diferenciadas. Assim, a cultura torna-se um processo de “intercâmbio” entre indivíduos, grupos sociais.

No momento em que o ser humano utiliza a linguagem ele se encontra no processo cultural, sendo que essa cultura ela poder ser criada ou mantida, cada comunidade, região ou cidade mantém o seu modo de vida, seus costumes, manifestações culturais e artísticas. A cultura faz parte de conjuntos integrados de características que são expressas pelos sujeitos em determinados meios. A ideia de sociedade dentro do Projeto Político Pedagógico é tida como conjunto de seres humanos que convivem de forma organizada, que fazem parte de um determinado grupo.

A escola é uma instituição social onde os educandos vivenciam suas primeiras experiências e relações sociais é por meio dela que também desenvolve os conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Assim a escola contribui para a valorização da cultura local, do respeito frente às manifestações locais de uma convivência pacífica com as

diferenças. As manifestações artísticas e culturais existente na comunidade atualmente foram transmitidas de gerações passadas tais como o samba de roda, cavalgadas, festas religiosas, bata de feijão e samba de reis.

## **2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;**

A formação Integral proporcionada pelo Núcleo Regionalizado A, busca a cooperação de todos os que compõem as unidades escolares, para que assim, os alunos sejam contemplados em seus aspectos intelectual, físico, emocional, social e cognitivo. Desse modo, a ampliação das práticas de diálogo se tornam essenciais para favorecer desde cedo o desenvolvimento dos educandos em sua totalidade, contemplando todas as dimensões educativas.

Tendo em vista essa realidade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) manifesta claramente, o seu compromisso com a educação integral e o trabalho com as relações humanas de forma mais ampla, enfatizando que:

*[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).*

Assim como a BNCC, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante que a criança e o adolescente tenham a sua formação de modo integral. O ECA no capítulo IV (quatro) Art. 53 diz que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) diz que:

*Dessa forma, a BNCC, documento de caráter normativo, reconhece a construção de currículos mais pertinentes à formação da criança e ao desenvolvimento na sua globalidade. Diante disso, o Currículo de Anguera entende que a formação integral da criança se dará mediante a intencionalidade promovida no brincar, no convívio com outras crianças, adultos e com a natureza, no contato com a arte, a música e outras linguagens, no oferecimento de propostas de atividades diversificadas e na conscientização de seus direitos e deveres (DCRM, 2022, p.75).*

Logo, é necessário pensar uma prática pedagógica comprometida com ações que possam englobar os diferentes aspectos de formação do indivíduo, compreendendo suas necessidades, possibilidades e desejos, buscando sempre um

diálogo entre os componentes curriculares, para que assim, os educandos possam ter uma visão do todo e das partes.

O Núcleo Regionalizado A, acredita na qualidade do ensino através da valorização do ser humano, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica. Considerando o aluno, como sujeito de sua própria aprendizagem, onde o conhecimento é construído progressivamente pelo mesmo.

A organização do trabalho escolar baseia-se no prazer de conhecer e descobrir, o que estimula o desenvolvimento da autonomia de nossos alunos. Portanto, importa afirmar que a formação docente torna-se pressuposto fundamental para compreender a complexidade das crianças da Educação Infantil e proporcionar uma educação de qualidade com condições efetivas para que elas aprendam e se desenvolvam, o que refletirá mais positivamente nas etapas seguintes.

No que se referem, às correntes pedagógicas, nossas escolas entende que as mesmas devem direcionar a prática dos profissionais de ensino em seu agir pedagógico. As que serão aqui defendidas desejam ser um farol através do qual serão direcionadas as metodologias que pretendem concretizar o ensino e a aprendizagem. Toda escola está inserida em uma sociedade (política, cultura, econômica etc), assim, as correntes pedagógicas visam formar os discentes para serem sujeitos ativos na construção dessa sociedade.

Dentre as correntes pedagógicas que estas unidades escolares defendem e se comprometem a praticar estão a Pedagogia Libertadora e a Histórica-Crítica, que estão englobadas na Corrente Realista-Progressista, que visa uma educação esclarecedora do povo e para uma transformação histórica do trabalho escolar público democrático e de toda a população.

**Corrente Pedagógica Histórico-Crítica:** Essa corrente pedagógica busca a formação de sujeitos críticos, que não se submeta à maneira como a sociedade lhe é apresentada, mas que busque transformá-la. Essa forma de pensar surge a partir da década de 70.

*Na década de 1970 há a necessidade premente de se articular uma proposta pedagógica cujo compromisso maior seja a transformação da sociedade e não sua manutenção. Dessa forma surge A Pedagogia Histórico-Crítica num movimento pedagógico como resposta as pedagogias não-críticas (Tradicional, Escola nova e Tecnicista) e as pedagogias crítico-reprodutivista (Escola como Aparelho Ideológico do Estado, Teoria da Reprodução e a Escola Dualista). Assim, o objetivo desta tendência é*

*resgatar a crítica e a dialética no processo de ação-reflexão sobre a práxis social (PARANÁ, p. 15, 2013).*

A Corrente Pedagógica Histórico-Crítica está subdividida em três pontos essenciais para o seu desenvolvimento no ensino-aprendizagem, estes pontos são: prática-teoria-prática, assim, o objetivo da pedagogia Histórico-Crítica “é a articulação de uma proposta pedagógica que se empenha, não apenas para manter a sociedade como está posta, mas para transformá-la a partir da compreensão dos condicionantes sociais” (PARANÁ, p.16, 2013).

Assim, a pedagogia Histórica Crítica procura despertar a atividade e atitude do educador no sentido de incentivá-lo a buscar o diálogo entre os educando e demais representantes da comunidade escolar, levando em conta os conhecimentos prévios, experiências históricas, tendo o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem.

**Corrente Pedagógica Libertadora:** Essa tendência atrela a educação à luta e organização de classe do oprimido e está centralizada nas discussões sobre temas sociais e políticos em que o professor coordenará atividades atuando juntamente com os alunos. Tendo como saber mais importante, o de ter uma consciência da realidade em que vive, buscando a modificação social e a condição de se emancipar através da elaboração da consciência crítica.

A nossa instituição propõe trabalhar com a formação do sujeito de forma clara, participativa, contextualizada, levando em consideração os saberes prévios dos discentes, respeitando a realidade em que vivem, bem como a sua história de vida, desenvolvendo atividades que facilitem a aprendizagem, tornando-os seres autônomos em seu processo histórico e educacional.

### **2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho.**

**Ciência e Tecnologia:** A ciência atualmente se constitui como campo do saber que transita por várias áreas de conhecimentos, uma vez que essa vem acompanhada da tecnologia. Ciências e Tecnologias são duas asas do conhecimento que ajudam o ser humano no desenvolvimento das suas atividades trabalhistas. Majoritariamente, o trabalho desenvolvido pelo ser humano, direta ou indiretamente, faz-se presente a necessidade do uso ou de tecnologia ou da ciência.

*A sociedade contemporânea está fortemente organizada com base no desenvolvimento científico e tecnológico. Os diferentes marcos na história da humanidade são determinados por domínios de técnicas que facilitaram a interação homem-natureza (DCRB p. 378, 2019).*

Nas unidades escolares, todos os saberes são importantes. Parafraseando Paulo Freire, poderia se dizer que não há saber maior ou menor, menos ou mais importantes, há saberes diferentes, vistos de ponto de vistas diferentes, mas que se complementam e se esclarecem. Existe o saber trazido pelo estudante, que é chamado de conhecimentos prévios, os quais podem ser classificados, a certo ponto, a depender do contexto como “senso comum”, o qual muitas vezes é complementado ou explicado cientificamente pelo conhecimento teórico-científico.

O levantamento dos conhecimentos prévios, a análise, o questionamento, a argumentação e a aplicabilidade do conhecimento científico são de vital importância na esfera pessoal, social e global. A isso chamamos de letramento científico. Esse tipo de letramento dá sentido às análises das situações do cotidiano, permite o desenvolvimento do senso crítico e garante a tomada de decisões de forma ética, analítica e responsável. Para garantir uma educação com foco na alfabetização ou letramento científico, torna-se necessário proporcionar situações de ensino que permitam a observação, investigação de problemas, proposição de hipóteses e possibilidade de testá-las (DCRB p. 379, 2019).

As nossas escolas buscam trabalhar a questão científica de acordo com a nossa realidade e dos nossos alunos. O fato de nossos alunos serem todos da zona rural, trabalhamos com experiências nas zonas próximas de suas vivências, com plantas da região, sementes que são cultivadas pelos familiares, hortaliças e etc., juntamente com a observação do clima e do solo.

Dessa maneira, entendemos que a:

*[...] Ciências busca fazer um estudo dos fenômenos, a presença dessas áreas do conhecimento torna-se imprescindível. O ensino de Ciências deve provocar a construção de conhecimento para além da memorização, identificação e conceituação (DCRB p. 379, 2019).*

A tecnologia é fundamental para a vida da escola. Por vezes, pode-se chegar a pensar que uma escola que não possui um laboratório de ciências ou um laboratório de informática não possua tecnologia, contudo, não se pode entender dessa maneira. Muito do que é utilizado nas escolas é proveniente da tecnologia, desde o pincel usado para escrever no quadro branco ao uso do data show para exposição de vídeos, imagens etc., o uso de computadores em pesquisas, as impressoras, todas essas realidades são essenciais para o desenvolvimento das unidades escolares.

As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens. Como qualquer ferramenta, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais e como tecnologia assistiva; desenvolvidas de forma a possibilitar que a interatividade virtual se desenvolva de modo mais intenso, inclusive na produção de linguagens. Assim, a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p.27)

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos que nossos alunos sempre tenham o contato com a tecnologia. Pedimos para que usem os celulares dos seus pais ou responsáveis para realizarem pesquisas, utilizamos data show em algumas aulas, materiais impressos, caixa de som, microfone dentre outros, ressaltamos a importância das tecnologias e o cuidado que devemos ter com o uso moderado de alguns aparelhos.

Contudo, as unidades escolares do Núcleo Regionalizado A, em relação ao uso da tecnologia por parte dos alunos é uma realidade quase inexistente, sendo que poucos alunos possuem aparelhos tecnológicos como celulares e computadores, na sua grande maioria quando esses têm acesso a esses aparelhos, os mesmos pertencem aos pais e/ou responsáveis. Porém, não nos abstermos de deixá-los ciente da existência das mais diversas tecnologias.

**Trabalho:** O trabalho é tido de modo prioritário como o meio que proporciona garantia de vida. Entendendo que, é por meio da realidade trabalhista que o individuo garante o seu sustento, “por meio do trabalho o homem garante sua sobrevivência e constrói seu meio de vida, afirmando que o trabalho existirá enquanto o próprio ser humano existir (FELIPPE p.23, 2019).

[...] o trabalho é uma relação peculiar entre homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza através dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza. [...], o trabalho se confunde com um processo de transformação; pois, no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que, a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção (OLIVEIRA, SANTOS, CRUZ. p.2, 2007).

O ser humano nesse sentido desenvolve o seu trabalho tanto para si quanto para o outro. O trabalho não pode ser compreendido como uma pratica individualista, por mais que aquele que o desenvolva vise o seu bem estar, sempre a atividade desenvolvida é em prol de alguém, direta ou indiretamente.

Nas nossas escolas buscamos desenvolver um trabalho baseado na parceria entre os setores e as pessoas, de modo que, todos se sintam responsáveis por cada unidade escolar em que atua. Buscamos deixar claro que todos são educadores, independente da função assumida, cada um é chamado a colaborar na construção da formação dos discentes.

Aqueles que hoje são beneficiados com o trabalho dos educadores, isto é, os educandos e a sociedade em geral. Os mesmos são preparados para que em um futuro próximo estejam também inseridos no mercado de trabalho. Para isso é necessário que haja uma formação que atenda todas as perspectivas e integralidade dos sujeitos, ressaltando dentro do campo dos valores a importância de conquistar o seu espaço na sociedade, enquanto sujeito de direitos e deveres para com essa mesma sociedade.

Entendendo que, nem sempre se faz necessário que o indivíduo se retire do seu ambiente comunitário para buscar oportunidade de emprego em outros lugares. Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos incentivar nossos educandos a valorizarem as oportunidades que a região tem a oferecer, como é o caso da produção agrícola, a pecuária etc.

#### **2.4. Concepção de Currículo**

A concepção de currículo a ser desenvolvido a partir do Núcleo Regionalizado A, busca contribuir para a construção de uma sociedade democrática, que seja inclusiva, com um olhar justo visando autonomia do ser humano de modo integral. Assim, “o currículo é um conjunto de conhecimentos, saberes, experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, p,9, 2020)

*Os Currículos dos Estados e Municípios, conforme preconizam os princípios e diretrizes da LDBEN, PNE e PEE, reafirmados na BNCC, precisam reconhecer “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2018), ou seja, numa perspectiva de formação integral e integradora dos sujeitos. Esse norte é seguido pelo Município de Anguera, mobiliza educadores e a comunidade para o construção do seu documento curricular (ANGUERA, p.24, 2022).*

Dessa maneira, o Núcleo Regionalizado A, busca desenvolver em suas unidades escolares o desenvolvimento humano dos seus educandos de modo

integral, a partir daquilo que é proposto pelas diretrizes municipais. Buscamos assim, uma uniformidade com toda a rede municipal de ensino, para a construção de uma sociedade com sujeitos autônomos.

A Rede Municipal de Ensino, estabeleceu em seu documento curricular que:

*Desde a implantação do Ensino Fundamental de 09 Anos, a política curricular já vinha sendo refletida no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. A Portaria SEC Nº 002/2010, que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, estabeleceu:*

*O currículo para os 09 anos do Ensino Fundamental deverá garantir às crianças e adolescentes:*

*I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*

*II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;*

*III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*

*IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.*

*(Art. 13 da Portaria SEC Nº 002/2010).*

Dessa forma, pode-se perceber que existem instâncias dentro do currículo que são essenciais para a formação do ser humano: a escola, a partir dos conhecimentos teóricos e metodológicos; a sociedade a partir das artes, política, economia e seus valores éticos e morais e por fim, a família com os laços afetivos, respeito, empatia e solidariedade.

#### **2.4.1. Fundamentos do Currículo**

Todo currículo é feito por pessoas para pessoas. Nossas escolas, a partir dos nossos educadores objetivam por meio do currículo trazer para os nossos educandos as realidades que fazem parte do âmbito nacional, estadual e municipal. No nacional eles têm uma visão do todo, no estadual percebem como se dá, no âmbito regional e o municipal são as vivências dos alunos experienciadas no dia a dia.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), citando Sacristán diz que:

*O currículo age como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes SACRISTÁN, 2013, p. 18. (ANGUERA, p.26, 2022).*

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Art. 26 reflete sobre currículo da seguinte maneira:

*Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.*

Percebe-se que o Currículo é fator fundamental na vida de toda e qualquer unidade escolar, pois, é ele que irá influenciar no modo de pensar, ver e agir daqueles que estão sendo formados com base nesse currículo. O currículo é então esse instrumento de mediação dos conhecimentos, os trazidos pelo educando e os ofertados pela unidade escolar. O educador, portanto, tem a função de mediador, fazer a conexão/junção de ambos os saberes para o crescimento daquele que o recebe, isto é, o estudante.

#### **2.4.2. Princípios do Currículo**

Nas unidades de ensino, as questões morais, éticas e valorais se fazem mais perto do corpo estudantil. Assim, nós do Núcleo Regionalizado A, prezamos por um currículo que possa não somente direcionar a prática pedagógica de ensino, em vias de conhecimento, mas também de valores. Valores esses que irão nortear a vida desses que hoje já são cidadãos e que já influencia a sociedade com suas ações.

Entendemos que o respeito, a empatia, o cuidado, o olhar atento às necessidades daqueles que estão inseridos no mesmo ambiente é extremamente necessário para entendimento da sociedade. Portanto, nós do Núcleo Regionalizado A, juntamente com aquilo que pede as orientações curriculares (BNCC, DCRB, DCRM), prezamos pela formação integral do ser humano buscando formá-lo em todas as suas instâncias. Para isso, faz-se necessário um olhar para o todo do sujeito, isto é, não percebê-lo de forma fragmentada.

O ensino, a aprendizagem e a avaliação são realidade que fazem parte de uma mesmo engrenagem: a formação estudantil dos alunos. O educador aprende a partir das experiências trocadas com os educandos no momento da partilha dos conhecimentos prévios e os educandos aprendem a partir daquilo que é ofertado pelo professor enquanto conhecimento teórico e de mundo. As nossas escolas

desejam formar pessoas que sejam íntegras que respeitem as diferenças e ao mesmo tempo as valorizem.

## **2.5. Concepção de Gestão Democrática**

**Gestão Democrática:** As escolas do Núcleo Regionalizado A, procuram de forma transparente agregar pessoas, incluindo a participação ativa de todos os segmentos. Cabe a gestão escolar gerir ou administrar, tomar decisões pensando sempre nas demandas no que a escola possui e necessita de fato, para assim convocar as pessoas que fazem parte do conselho para juntos encontrarmos os meios mais eficientes para se chegar a um denominador comum.

O gestor escolar é a peça fundamental dentro do processo educacional, pois cabe a ele tomar as decisões seja de cunho pedagógico ou administrativo. A concepção defendida de gestão democrática no PPP do Núcleo Regionalizado A, assim como na Rede Municipal e nos documentos referencias curriculares, inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a oferecer uma melhor qualidade para todos os alunos.

Fazer a Gestão Democrática não é só inserir as pessoas no dia a dia da escola, mas torná-las participativas e com tomadas de decisões, sendo assim, os conselhos escolares passa a ser uma alternativa para a concretização das ações que envolvam a democracia dentro das escolas. Formado por vários segmentos, professores, direção, funcionários, pais e a comunidade local.

Dessa forma fica entendido que a gestão democrática não é um processo fácil, mas algo que possa ser discutido, analisado e colocado em pratica. No Núcleo, as decisões de cunho financeiro, administrativo e também pedagógico, são tratadas e analisadas nas reuniões dos conselhos escolares. Tendo a participação de todos os segmentos ali representados.

## **2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica**

### **2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento onde deve conter todas as diretrizes indicadoras de como a pesquisa/estudo, busca do conhecimento deve acontecer. Por isso é de suma importância que o PPP traga traçado caminhos que

possibilite aos educando um contato concreto com o mundo do saber, atrelado aos conhecimentos prévios daqueles que serão conduzidos por este documento.

“A palavra ‘pesquisa’ deriva do latim ‘*perquirere*’ que significa “busca com afinco”. Busca-se aquilo que não se sabe a resposta, nesta perspectiva, pesquisar assume o sentido de investigar”(FELIPE, p.29, 2019). A pesquisa é parte constitutiva, essencial e porque não dizer, vital na vida do profissional de educação.

A educação é feita de saberes. A construção do saber se dá por via da pesquisa, é a busca pelo conhecimento que enriquece cada vez mais não só o saber teórico do educador, mas, sobretudo o saber fazer, a parte empírica da prática pedagógica. O saber irá possibilitar novas manobras de ensino, soluções, mecanismos diferenciados que fujam da mesmice e possibilite ao aprendiz um novo olhar sobre o teórico que está sendo apresentado.

Entendemos, portanto, que o educador não pode se equiparar a uma fotocopiadora, isto é, reproduzir apenas aquilo que já está pronto, como uma pessoa copista, que não reflete sobre a situação posta, mas somente reproduz, sem exercer assim práticas pedagógicas investigativas que possa possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, proporcionando a reconstrução do saber por meio da reflexão. Assim, é preciso ter “a pesquisa como caminho didático e investigativo, por meio do qual a aprendizagem é orientada para a autonomia do aluno” (FREIBERGER, BERBEL. 2010, p.19).

Ensino e pesquisa se equipara a uma “faca de dois gumes”, não dá para ensinar sem pesquisar. A partir do momento em que nos submetemos ao ensino, automaticamente nos comprometemos com a pesquisa. Assim, a proposta da educação do Núcleo Regionalizado A, é de uma educação que forme sujeitos competentes, com autonomia intelectual, que não aceite passivamente as realidades impostas.

Os documentos curriculares assinalam a importância da pesquisa para o desenvolvimento da prática pedagógica. Os mesmo veem a pesquisa como um facilitador do trabalho que é executado na atualidade. Atualmente a tecnologia tem favorecido o acesso à informação, possibilitando a realização de pesquisa e criação de novos conteúdos.

*Nunca os meios para pesquisar, produzir e circular conhecimento estiveram tão disponíveis para tanta gente; e isso se transforma em oportunidades educativas, pois “as tecnologias digitais propiciam possibilidades de interação, de autoexpressão e de autoria nunca antes experimentadas” (DCRB, 2019, p. 93)*

São muitas as possibilidades proporcionadas quando se está inserido em um espaço conhecimento, são portas que se abrem ao novo e ao diferente que aos poucos passam a se tornarem conhecidas. A escola precisa ser um celeiro que faz brotar o gosto pela pesquisa, pelo conhecimento, pelo saber. Mas não o saber pelo saber, mas um conhecimento que transforme e faça sentido para a vida dos educandos, que lhes possibilitem crescer em ambição de se tornarem aquilo que desde já, vem sendo construído por meio do conhecimento.

A partir do momento em que a escola se consolida como espaço de pesquisa, o ensino aprendizagem passa a se desenvolver de maneira natural. Nós do Núcleo Regionalizado A não disponibilizamos de um ambiente de pesquisa adequado que possibilite aos estudantes realizarem pesquisas por meios digitais, contudo, fazemos pesquisa de campo, observando a natureza, o desenvolver de sementes, observação do solo, do relevo, como também em livros didáticos disponibilizados pelas unidades escolares.

### **2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo**

O trabalho pode ser compreendido enquanto modalidade formativa do indivíduo, uma vez que, para desenvolver atividade trabalhista, tendo em vista a nossa realidade que majoritariamente é de agricultura familiar, para o manejo da terra é preciso conhecer, educar-se, formar-se para melhor desenvolver os trabalhos realizados. O que favorecerá a formação do indivíduo como um todo. Percebendo o seu lugar na sociedade enquanto pessoa que atua no mercado ajudando a desenvolver o local onde está inserido.

*[...] a Educação Infantil e Ensino Fundamental, o trabalho é compreendido como princípio formativo, o que significa pensar a formação pelo trabalho humano numa perspectiva emancipatória, no sentido de analisar, conhecer e transformar a natureza para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade (DCRB, 2019, p.60).*

Dessa maneira, nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos incentivar nossos alunos a valorizarem as atividades desenvolvidas pelos seus pais, a agricultura familiar, contudo, que eles por meio dos estudos possam aprimorar as técnicas aplicadas nesse meio para um melhor rendimento da produtividade realizado pelos

pais. Assim, o trabalho fará com que eles busquem novos conhecimentos, formando-se e tornando-se emancipados, isto é, livres e independentes.

Para isso é preciso que a prática pedagógica escolar esteja voltada para uma educação que possibilite o aluno a pensar sobre a sua comunidade, uma prática pedagógica a qual seja contextualizada, onde o aluno se veja e se reconheça como sujeito do estudo. Deseja-se que ele identifique que o espaço estudado é o mesmo onde ele está imerso, reconhecendo espaço e objetos trabalhados nos componentes curriculares.

### **2.6.3. O respeito à diversidade**

O ser humano é diverso. Todos nós possuímos características diferentes, sejam elas físicas, de personalidade, etnia, escolha da religião, a cultura que adotamos, relações de gênero e sexualidade, ou seja, todas essas realidades precisam ser precedidas do respeito. Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos trabalhar com a comunidade escolar como o todo, o respeito à diversidade por meio de conversas em momentos oportunos, palestras, transmitindo para eles a importância de respeitar e acolher as diferenças encontradas em cada pessoa.

Nas nossas unidades escolares buscamos a conscientização dos nossos alunos desde sempre, ressaltando a importância do respeito ao diferente, de não colocar apelidos nos colegas, de chamar a todos pelo nome, pois o apelido pode mexer com o emocional e a autoestima dos alunos podendo vir a prejudicá-lo no desempenho da aprendizagem.

Percebemos que alguns componentes curriculares ajudam no desenvolvimento do consciente dos alunos no tocante a diversidade. O componente curricular de Língua Portuguesa, História, Ensino Religioso e Ciências percebe-se ser os mais explorados para esse fim. Em Língua Portuguesa pela infinidade de textos que podem ser trabalhados nos mais diversos campos da diversidade; em História, através dos fatos históricos e em Ensino Religioso dentro da própria perspectiva da religiosidade que ainda existe muito preconceito e desrespeito por parte de pessoas que vivenciam as religiões.

### **3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

#### **3.1. O Planejamento Pedagógico**

O planejamento pedagógico no Núcleo Regionalizado A, ocorre de forma reflexiva e pensante, a partir do plano de curso desenvolvido no município tendo como referência a BNCC o Currículo Bahia e o DCRM, a coordenação pedagógica juntamente com os professores se reúnem em ACs (Atividades Complementares), semanalmente para discutir os objetos de conhecimento a serem trabalhados, levando em consideração o contexto histórico, social e cultural dos alunos, as competências e habilidades já adquiridas pelos mesmos e o que se pretende alcançar, assim acontece a contextualização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas e surgem novas ideias para realização do planejamento semanal, no qual cada professor(a) se encarrega de fazer as adequações para o planejamento diário de acordo as realidades vivenciadas.

Subjacente a esse tipo de trabalho, na educação infantil é desenvolvido através de sequências didáticas, seguida por temas. A ênfase está no desenvolvimento das experiências e vivências, garantindo que as crianças vivenciem situações diversificadas, no ensino fundamental o planejamento é desenvolvido com base nas habilidades, desse modo são desenvolvidas estratégias e atividades contextualizadas levando sempre em consideração as vivências dos alunos, nesse sentido, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, se espera que os alunos sejam alfabetizados ao término do Ciclo da alfabetização.

O Núcleo Regionalizado A, busca realizar projetos que visam resgatar valores éticos e culturais importantes. Nas atividades são utilizados diferentes recursos lúdicos: jogo de encaixe, brinquedos, livros infantis, brincadeiras, cartazes informativos que contribuem para o desempenho individual e coletivo dos alunos, tudo aliado à tecnologia, a qual é algo que já está presente no dia a dia dos alunos (não como recurso oferecido pela escola diretamente aos mesmos, mas por meios dos pais/responsáveis no ambiente familiar e na sala de aula, por meio dos professores).

Sendo assim, a tecnologia está inserida no nosso trabalho pedagógico, desde os grupos de Whatsapp criados pelos professores como meio de comunicação e interação entre a família e escola, como também a utilização de vídeos entre outros.

Dessa forma possibilita o estímulo a aprendizagem, como por exemplo, o trabalho com gêneros textuais e outras atividades que são utilizados recursos digitais e tecnológicos.

Sendo assim, o trabalho em equipe flui de maneira bastante significativa, também por meio da mediação do coordenador pedagógico que, dentre outras funções, atua como articulador desse processo, é uma peça chave que contribui na tomada de decisões entre família, educadores e gestão, exerce um papel de suma importância de referência para alunos e corpo docente. Consideramos que, é necessário ter intenções pedagógicas e planejamento pautados no funcionamento do corpo escolar, para atingir as metas colocadas.

### **3.2. A Avaliação para a Aprendizagem**

A avaliação é algo que está sempre presente no processo de aprendizagem, desse modo são fundamentais que seja favorável aos métodos de ensino contribuindo para a educação como mecanismo de transformação social, sendo assim o ato de avaliar como diagnóstico irá orientar a prática pedagógica e auxiliar o educando no processo de desenvolvimento das competências e habilidades.

Os tipos de avaliação podem ser utilizadas como ferramentas, o centro da questão está no uso das informações que são adquiridas através dos mesmos. A avaliação como diagnóstico favorece a aprendizagem por meio da observação, geralmente ela é aplicada no início de cada ano letivo e conseqüentemente por etapas, permitindo que seja verificado os conhecimentos prévios dos alunos. Nesse sentido o planejamento do professor deve ser flexível.

A avaliação somativa é a união de uma ou mais atividades selecionadas pelos professores como, por exemplo, registros, avaliações e atividades com pesos específicos, a formativa é aquela que potencializa uma ação mediadora, que caminha junto com o aluno despertando habilidades e possibilidades de saberes. Desse modo a avaliação passa a ser um instrumento de análise de todo o processo de ensino aprendizagem, que decorre dos registros do professor, das observações, das reflexões, dos planejamentos e das experiências vivenciadas na prática pedagógica.

Dessa forma, as escolas que fazem parte do Núcleo Regionalizado A estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Etapa da Educação Infantil:

**Registros diários:** Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

**Avaliação diagnóstica:** Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- ✓ Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final do primeiro semestre a escola realiza um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

**Portfólio:** Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos. Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.
- ✓ **Relatório individual:** Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de

documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

No ensino fundamental o ato de avaliar ocorre das seguintes maneiras, processuais e contínua, na avaliação contínua avaliamos no dia a dia o desempenho dos alunos, as conquistas para o avanço na aprendizagem significativa e também fazendo a auto - avaliação do trabalho que está sendo desenvolvido, bem como suas contribuições favoráveis ou não para a aprendizagem, quanto a processual ocorre em três períodos denominados por etapas, tendo como objetivo diagnosticar as competências e habilidades desenvolvidas, sendo assim irá contribuir para elaboração dos planejamentos seguintes posteriores aquela etapa.

A avaliação somativa é a união de uma ou mais atividades selecionadas pelos professores como, por exemplo, registros, avaliações e atividades com pesos específicos, a formativa é aquela que potencializa uma ação mediadora, que caminha junto com o aluno despertando habilidades e possibilidades de saberes. Desse modo a avaliação passa a ser um instrumento de análise de todo o processo de ensino aprendizagem, que decorre dos registros do professor, das observações, das reflexões, dos planejamentos e das experiências vivenciadas na prática pedagógica.

### **3.3. Os Temas Integradores**

A educação é um direito garantido por lei para todo cidadão brasileiro, seja criança, adolescente, jovem ou adulto. A formação da pessoa não se dá somente em uma perspectiva ou área, mas busca-se formar o ser humano em sua totalidade, de modo integral, para que assim ele possa viver em sociedade tendo ciência das diversas instâncias que ele está circundado.

#### **Educação em Direitos Humanos**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento que viabiliza e assegura que cada pessoa tenha garantido os seus direitos. “Ela consiste no principal documento internacional norteador e disciplinador dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana” (DCRM, 2022, p.45).

O conhecimento gera autonomia. O sujeito que conhece tende a ser um indivíduo que “pensa por conta própria”, que analisa os dados e coloca em xeque as

realidades. Para que o indivíduo se reconheça como sujeito de direito e deveres, é preciso antes conhecer quais são os direitos e quais são os deveres. Isso se dá de modo processual, gradativo, não instantâneo, iminente. Direitos humanos - temas integradores.

É essencial que toda pessoa tenha conhecimento dos seus direitos e deveres. Os direitos humanos se constituem como direitos inerentes aos seres humanos. Assim, entendemos que todo estudante deve ter conhecimentos dos documentos que regem os seus direitos, sabendo dessa necessidade, procuramos trabalhar esses direitos dentro de textos dos componentes curriculares que são estudados pelo nosso alunado

Entendendo que o acesso a esses documentos de maneira integral por parte dos alunos, é difícil de acontecer, procuramos fazer com que o contato deles com tais documentos venha a ser dado por vias secundárias, como momentos formativos, palestras, trabalhos que são apresentados por eles em forma de seminário sobre temas que estão ligados a alguns componentes curriculares e a exposição por parte dos professores em suas aulas.

Assim, através do estudo de textos que sinalizam os direitos humanos, buscamos conscientizar nosso alunado da importância de estarem sabedores desses direitos e como podem está cobrando quando necessário o que pode acontecer dentro da própria realidade estudantil.

### **Educação para a Diversidade**

A diversidade é um tema que se faz presente nas mais diversas instâncias da sociedade, seja na escola, política, meio acadêmico, mídias e redes sociais, dessa maneira, não se pode conceder o direito de não discorrer sobre este tema, uma vez que o nosso público escolar também é diverso.

As comunidades que formam as nossas unidades escolares, embora façam parte do mesmo município, possuem suas particularidades, como também pontos em comum. Quando nossos professores constroem seus planos de aulas, selecionamos pontos da realidade local educando.

A diversidade abrange uma gama de temas que podem ser trabalhados nas unidades escolares, temas como sexualidade, que pode ser trabalhado dentro das próprias aulas, ou em momentos específicos, como palestras, conversas etc.,

também buscamos trabalhar outros temas que estão inclusos na questão da diversidade, como a autoaceitação da etnia. Muitas crianças ainda respondem “morena” ao invés de preto, tendo percebido isso, buscamos trabalhar a conscientização identitária através de conversas, contação de histórias que trazem personagens que se autoafirmam como preto, ou personagens históricos que também fazem essa afirmação.

A partir dessas apresentações teóricas solicitamos que os alunos realizem produções escritas sobre as mesmas, identificando pontos em comum entre os personagens históricos e eles, as suas comunidades, para que possam se perceber como “construtores” da história e a importância que seus semelhantes tiveram na construção da mesma.

### **Educação para o Trânsito**

O trânsito é uma realidade existente em todas as cidades seja ela uma metrópole ou um pequeno município. Assim, entende-se que a educação para o trânsito é algo essencial, pois ajudará as pessoas a se portarem em meio às situações ocasionadas no trânsito, as quais tem sido um fator muito discutido nos últimos tempos, principalmente por conta do alto índice de violência que tem acontecido.

Em nosso município, temos um trânsito tranquilo, não tem altos indicadores de violência ocorridos, contudo, não se pode deixar de conscientizar as pessoas sobre a importância de saber lidar com as situações ocorridas nesse meio, uma vez que, essas mesmas pessoas que trafegam em nosso município, também se deslocam para outras cidades nas quais o trânsito é bem mais intenso com pessoas com diferentes comportamentos.

Estamos sempre oportunizando aos educando aulas dialógicas, reflexivas, nas quais os mesmos expõem suas opiniões, enfatizando o tema trânsito e fomentando discussão, assim, foram desenvolvidas aulas teóricas e práticas, com demonstrações de semáforos, faixas de pedestres, construções de meios de transportes e sinalizas, onde os mesmos construíram com ajuda da professora, a atividade bastante enriquecedora objetivando conscientizar nossos alunos para que se tornem agentes multiplicadores de ações educativas e escolhas positivas no trânsito em seu convívio social.

A educação para o trânsito tem o objetivo de estimular no educando hábitos e comportamentos seguros, transformando o conhecimento em ação, por meio de observação, vivências e situações encontradas no seu dia a dia, bem como a interpretação crítica do mundo onde vive, interferindo no meio social.

Dessa maneira, entendemos que uma consciência sobre o trânsito se faz necessário, independentemente da amplitude que tenha o município, para que se tenha a preservação da vida por meio da diminuição do número de acidentes. Por isso, nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos conscientizar aqueles que fazem parte das nossas escolas para que no futuro próximo seja adultos conscientes de como devem se portar no trânsito.

### **Saúde na Escola**

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos conscientizar nossos alunos de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assim, entendemos que a vida vem sempre em primeira instância e em consequência dessa realidade, precisa-se de meios que venham garantir que essa saúde seja preservada e assim garantir o prolongamento da vida.

Desde muito cedo buscamos trabalhar com nossas crianças a importância do cuidado com a saúde. Nossas escolas ofertam ensino desde o Grupo 2 na Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental I. Com a Educação Infantil trabalhamos a importância de uma alimentação saudável, com a identificação desses alimentos por meio de imagens e alimentos concretos. Algumas escolas possuem pequenos plantios com uma ou outra hortaliça, as quais foram plantadas pelas pelos próprios alunos.

Já no Ensino Fundamental, buscamos trabalhar a saúde em uma forma mais abrangente, trabalha-se a alimentação saudável, mas também buscase alertá-los para outras realidades as quais eles já presenciaram ou escutam na vida em sociedade. É sabido que as drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas têm atingido os jovens cada vez mais cedo. Tendo em vista essa realidade, buscamos fazer a conscientização do quanto é importante não fazer uso de tais substâncias.

Esse trabalho de conscientização se dá por meio das aulas dos professores, pesquisas, trabalhos realizados pelos alunos, como também por via de conversas, palestras etc. Sabemos que pode haver alunos que tenham pais que possuam contato com essas drogas lícitas, como o álcool, buscamos falar do assunto com destreza, de modo que eles possam ser conscientizados, mas não se sintam constrangidos.

Enfim, a saúde é essencial na vida de todo ser humano e é essa a realidade que buscamos passar para os nossos estudantes. Tão essencial quanto ter saúde é cuidar da mesma e ter ciência que é um direito garantido por constituição a todo cidadão brasileiro devidamente registrado.

Esse engajamento em prol da saúde na escola aconteceu através de palestras, apresentações, profissionais da saúde, policiais militares, entre outros, a equipe do PSF tem dado sua parcela de contribuição vindo nas salas de aulas, conscientizando sobre os cuidados da higiene bucal, ações como a avaliação clínica, nutricional, promoção da alimentação saudável. Assim, é fundamental que haja uma maior interação entre os profissionais que compõe essa política, saúde, família para que se dê a troca de informações necessárias e posteriormente venham a se desenvolver de fato a sua efetivação com um trabalho sólido, que possa garantir a continuidade e o atendimento as nossos alunos e colaboradores.

As unidades escolares do Núcleo Regionalizado A, buscam trabalhar mantendo a parceira com a secretaria municipal de saúde no sentido de contribuir para formação de cidadãos ativos e críticos. Promovendo um ambiente escolar saudável incentivando as pessoas a agirem como agentes transformadores da realidade a fim de beneficiar suas próprias vidas e posteriormente das pessoas ao seu redor.

### **Educação Ambiental**

Meio ambiente é a realidade presente na vida de todos os nossos alunos, uma vez que, todos eles moram na zona rural. Contudo, a partir de suas realidades comunitárias nem sempre presenciaram um cuidado com o mesmo. Muitos dos pais dessas crianças vivem da agricultura familiar, do contato direto com o solo, com o meio ambiente. Tendo em vista essa realidade, torna-se ainda mais importante a importância de uma consciência ambiental.

A tentativa, portanto, é chegar até os pais dessas crianças por meio delas. Uma vez que nas aulas elas têm contato com teoria que conscientiza a se ter um cuidado com o meio ambiente. Pode-se perceber que muitos desses pequenos agricultores ainda fazem uso de queimadas para se livrarem do mato acumulado quando fazem a limpeza dos lugares onde será realizado o plantio, queimada essa que empobrece o solo para as próximas plantações.

Sabendo disso, temos buscado conscientizar nossos alunos de que tudo que realizamos de ruim para o meio ambiente, não prejudica somente a nossa realidade local, mas o mundo inteiro, as queimadas são um exemplo dessa realidade. A queimada que é feita não empobrece somente o solo da comunidade, mas a fumaça prejudica o ambiente em um todo.

É importante que desde cedo eles aprendam a importância do cuidado que se deve ter com o solo, para quando chegar a vez deles lidarem com o mesmo, saiba realizar de maneira adequada. Ao mesmo tempo em que, eles saibam a importância de cuidar do solo, também se faz necessário que saibam que não há a necessidade de saírem da sua comunidade de origem para buscar oportunidades outras, mas que sabendo o correto manejo do solo, podem ali produzirem e garantirem a sua subsistência.

Nesse sentido, as escolas do Núcleo C, trabalham desde cedo questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, onde o professor é a peça fundamental para a conscientização deles educando-os de forma coerente desde a conservação da limpeza da sala de aula até a preservação do meio em que comunidade escolar está inserida.

Assim ao longo do ano letivo desenvolvemos uma serie de atividades com os alunos sobre os cuidados com o meio ambiente, como; caminhada ecológica, com cartazes, panfletos onde convidamos os agentes de saúde, algumas pessoas da comunidade para estarem presentes e juntos buscamos meios eficientes para preservar o ambiente local, os cuidados com o solo, a importância da reciclagem, da coleta seletiva, a caminhada chamou a atenção dos moradores que considerou positiva a ação, após foram realizadas produções na sala de aula sobre os atitudes e hábitos para mantermos um ambiente saudável e limpo.

## **Educação Financeira e para o Consumo**

O ser humano vive cercado de realidades que o leva a refletir sobre o consumo. A todo instante somos bombardeados com anúncios nas mídias digitais, nas redes sociais, desejando induzir-nos a consumir cada vez mais. Para que isso não aconteça é preciso uma consciência financeira que nos possibilite um equilíbrio no campo financeiro. Sabemos o quanto tem sido difícil para a sociedade manter as contas em dia com o valor que tem alcançado os produtos.

“A Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta” (DCRM, 2022, p.60). Atualmente o ter tem se sobressaído sobre o ser, isto é, as pessoas tem dado mais valor ao ter do ao ser. Contudo, em nossas unidades escolares temos proporcionado um pensar diferente sobre essa realidade por meio dos nossos alunos. No campo dos valores, quando os trabalhamos, buscamos conscientizar nosso alunado que o ser humano não se denomina pelo que possui, mas pelo que se é. Os bens materiais não formam caráter.

O tema educação financeira é trabalhado de forma bastante simples dentro da sala de aula, e através de atitudes simples, estamos ensinando valores que podem ser fundamentais para o desenvolvimento do aluno, como, saber preservar seu brinquedo, economizar água, não ficar muito tempo com os aparelhos ligados na tomadas, não desperdiçar comidas, não gastar toda mesada com doces e lanches. Trabalhamos com o tema no intuito de formar cidadãos mais conscientes e preparados, tendo assim como consequência uma melhor qualidade de vida.

Alem dessas atividades os professores do Núcleo realizam outras situações que envolvem educação financeira, como levar os alunos ao supermercado, ou a venda próximo a escola para realizarem pesquisas de preço, organizam uma feira com simulações de compras e vendas de produtos, onde os mesmos passam troco, compram, vendem, outra atividades realizadas é a confecção de cofrinhos com o objetivo de juntar dinheiro, de ter uma poupança

Partindo destas situações, a criança cresce com responsabilidade Financeira, se preparando para um futuro com melhor qualidade de vida e com uma consciência

social, tornando-se um adulto com responsabilidade em relação as questões financeiras

Tendo em vista que a grande maioria das nossas crianças possuem poder aquisitivo financeiro de médio para baixo, é muito importante valorizar o que se possui e mais que isso, saber em que de fato vale apenas fazer investimentos. Com isso, queremos ressaltar a importância de se ter uma consciência financeira e não aderir a cultura do consumismo exacerbado.

Dessa maneira, buscamos desde cedo introduzir nossos alunos em uma via consciente em relação ao consumo, pois, quando buscamos qualidade de vida é preciso equilíbrio. Sabe-se que na fase em que se encontram, existem realidades que são muito desejadas por eles, brinquedos, celulares etc., a partir dessa motivação, usamo-la como ponto de partida para trabalharmos o controle de gastos e espera para o tempo certo de se adquirir cada produto.

### **Cultura Digital**

A cultura digital faz parte da globalização do mundo na atualidade. O gênesis da tecnologia vem de muitos anos atrás, contudo, a cada ano que passa o aprimoramento da tecnologia tem crescido muito. Nossos jovens são considerados a “geração da tecnologia”, tendo em vista que eles nasceram em meio a esse “bum” tecnológico.

A escola tem papel fundamental na formação de seus educandos, fazer com que entendam que a tecnologia foi feita para o ser humano e não o ser humano para a tecnologia. Isso pelo motivo que, se percebe que muitos jovens vivem “escravos” da tecnologia, é sabido que muitos adolescentes têm desenvolvido síndromes por uso exagerado de tecnologia como o celular.

Contudo há muitos benefícios proporcionado pelas tecnologias, na campo da comunicação, as tecnologias muito tem favorecido e aproximado as pessoas que estão distantes, as notícias têm chegado cada vez mais rápido aos seus ouvintes, seja gravado ou em tempo real. Qualquer pessoa que tenha um celular com acesso a internet, pode fazer uma transmissão ao vivo para todo o mundo por meio das redes sociais.

Nossas unidades escolares dispõem de algumas realidades tecnológicas para uso exclusivo da gestão e dos professores, ainda não nos tem sido possível fazer com que nosso alunado tenha o contato com a tecnologia para o ensino e aprendizagem, uma vez que, não temos um espaço apropriado que propicie aos alunos aprenderem fazendo uso de algumas tecnologias, como computadores. O contato que eles possuem com meios tecnológicos na escola é propiciado por meio dos professores na exposição de vídeos por meio do data show e notebook, no mais o contato com a tecnologia se dá em casa com aparelhos de seus familiares.

### **Educação Fiscal**

O desenvolvimento do ser humano é composto por várias instâncias e cada uma delas contribui para a sua formação integral. São pontos que fazem parte do contexto da sociedade e que não há como se abster do envolvimento em tais realidades, seja direta ou indiretamente. “Sem dúvida, a escola é uma referência para gerar o debate sobre determinados assuntos, principalmente os assuntos que fazem parte do exercício consciente da cidadania” (DCRM, 2022, p.63).

A sociedade hodierna é cercada por comércio, partes que envolvem o financeiro. Todos os dias nos deparamos com situações que envolvem o financeiro, seja na compra de um lanche, seja na compra do pão, de doces, todas essas realidades faz com que tenhamos contato direto com o mundo do financeiro. Assim, compreendemos que a exposição desse tema em sala é de fundamental importância para o cotidiano dos nossos alunos.

A partir do momento em que as escolas se propõem a trabalhar com esse tema, irá possibilitar um contato dos seus educandos com a sua realidade, a qual pode ser trabalhada de várias maneiras, seja com explicações teóricas, seja com apresentações concretas. Nossos alunos, portanto, são instruídos a lidarem com as situações financeiras do dia a dia, momentos em que seus pais pedem para irem ao mercado comprarem algum produto já faz com que eles estejam imersos nesse universo financeiro.

Dessa maneira os professores são orientados a alinharem os seus planejamentos de acordo as habilidades propostas no plano de curso, em total consonância com a realidade dos alunos, para que nada fuja da sua realidade e que

o tema proposto para ser trabalhado em sala ganhe sentido para a vida do aluno e que ele possa fazer uso em seu cotidiano.

### **Parte Diversificada**

Compreendendo que a diversidade faz parte da realidade do ser humano, a parte diversificada do currículo é essencial para o desenvolvimento dos educandos, pois nele há a possibilidade do aluno realizar um mergulho na história da sua localidade, com todas as mudanças ocorridas, os personagens históricos existentes a diversidade cultural, as tradições que marcam esse lugar.

Nesse senti, as unidades escolares não precisam, necessariamente, trabalharem as realidades locais apenas em uma data específica, mas ir encaixados em cada temática algo que faz parte da história da comunidade. Dessa maneira o aluno se sentirá parte do planejamento do professor, incluso nas atividades, perceberá aquela realidade cultural que ele participa.

*O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera reconhece, que é necessário dar a devida importância ao contexto local e regional no currículo, contemplado conhecimentos específicos do município, despertando na escola a compreensão de que cada aluno traz uma história de vida, seus conhecimentos e suas experiências de mundo, a partir da realidade que o cerca (DCRM, 2022, p.392).*

O conhecimento na atualidade é formado de maneira conjunta. O professor não é mais tido como o detentor do saber, mas aquele que media os conhecimentos, assim o conhecimento é formado por aquilo que é levado pelo professor e o que é trazido pelo aluno, o que chamamos de conhecimentos prévios.

A partir de realidade podemos fazer a junção da cultura local com a cultura regional e nacional, podendo perceber o que há em comum entre essas três realidades e quais as suas diferenças, inclusive na linguagem, pois, há diferentes nomes para uma mesma realidade dentro do próprio estado da Bahia. Isso ajudará o aluno a fixar sua identidade e pertencimento à sua comunidade a partir desses traços culturais.

Isso fará com que o aluno perceba a diversidade cultural existente em seu estado e região, oportunidade que possibilita o trabalho com o respeito a diversidade de maneira ampla, no respeito não somente a cultura que é diferente, mas ao que o ser humano traz de diferente em si, adentrados às suas escolhas pessoais que estão de uma maneira ou de outra, ligadas à comunidade, pois, a sua vivência está

vinculada a um meio social no qual ele vive e interage, assim, as suas escolas quanto a gostos musicais, perpassando pela sua religiosidade e opção sexual, tudo isso está ligado a uma vida em sociedade inserido em um meio cultural compartilhado que precisa ser respeitado por todos.

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos transmitir para os nossos alunos uma visão ampliada da sociedade, percebendo que a diversidade existe e faz parte do nosso cotidiano e que antes de enxergarmos as escolhas feitas pelo ser humano é preciso enxergar o humano que fez as escolhas.

### **3.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno**

#### **Perfil da Docência**

As escolas do Núcleo Regionalizado A, são compostas por 17 turmas, distribuídas entre manhã, tarde e noite, tendo um total de vinte professores e nove auxiliares de desenvolvimento Educacional, os mesmos lecionam na Educação Infantil, Fundamental I e na Educação de Jovens e Adultos.

A maioria dos professores do Núcleo residem na própria localidade onde se encontra a escola, outros moram no Município de Anguera. Alguns são filhos de agricultores, vaqueiros, e pequenos comerciantes, muitos docentes possuem formação em nível médio, o antigo magistério, outros buscaram formação acadêmicas superior, na área de pedagogia.

Sendo assim, percebemos que há uma preocupação no que se refere a melhoria da qualidade do ensino entre todos os profissionais da área que vem mesmo de forma lenta buscando melhoria em sua prática, seja por meio de formação ou busca por faculdade, para assim estarem aptos para atuarem em salas de aula.

Os professores do Núcleo atuam de forma que leva o educando a pensar de forma crítica e gerar dúvidas para a produção do conhecimento. Levamos sempre em conta os conhecimentos que os alunos já trazem consigo, de maneira que percebam que a escola não é a que detém o saber, mas a que intervém no processo pedagógico ampliando o conhecimento com base no diálogo e nas transformações sócio-político-culturais do mundo, percebendo que é na escola que acontece a idealização, promoção e análise do seu próprio projeto educativo, em

consequência de que há um contexto de elaborar do seu trabalho pedagógico direcionado a realidade dos alunos

Os professores são conscientes de como é importante sua atuação na formação de sujeitos pensantes. O programa curricular preestabelecido pela escola tem o propósito de preparar o aluno para ingressar no Fundamental II. Diante disso, ele desempenha, no processo de ensino/aprendizagem, o papel de gerenciador e não de detentor do conhecimento.

A gestão escolar não deve ser enxergada apenas como um conjunto de práticas que precisam ser seguidas, voltadas à escola, mas sim, precisa ser vista como um viés de promoção do fazer democrático e da cidadania. Os projetos desenvolvidos nas escolas do Núcleo são colocados em práticas, os mesmos são elaborados pensados na realidade onde a escola está inserida, pensando no desenvolvimento integral do ser humano.

As escolas do Núcleo buscam cumprir sua função como agente de intervenção na sociedade, pois, a escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes. Neste sentido, em nosso ambiente escolar procuramos desenvolver um meio que favoreça o aprendizado, a interação. A escola não é vista apenas como um ponto de encontro, mas para além disso, ela proporciona o encontro com o saber.

Dessa forma o Projeto Político Pedagógico aqui desenvolvido está ligado com a organização do trabalho pedagógico, observando a escola de uma maneira geral e como está organizada a sala de aula, o dia a dia dos alunos seu contexto num todo. Pois a construção do Projeto Político Pedagógico demanda uma reflexão sobre tudo aquilo que é primordial em nossa instituição educacional.

Nesse sentido o professor é a peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Ser professor não é tarefa fácil é preciso dedicação, paciência, amor, conhecimento, pois ser professor na atualidade é conhecer de tudo um pouco, é perceber para além das práticas educativas e dos objetos de conhecimento, é entender da vida do ser humano, é ser capaz de parar conteúdos importantes para falar de acontecimentos reais que de certa forma impactam na aula e no dia a dia dos alunos.

Portanto, os professores do Núcleo Regionalizado A, são pessoas que vem a anos buscando desenvolver um trabalho que contemple a todos, pensando sempre no aprendizado e no desenvolvimento dos educados.

### **Perfil do Estudante**

Os alunos que fazem parte do Núcleo, alguns residem na própria comunidade onde se encontra a escola outros moram um pouco distante necessitando de transporte para se locomoverem até a unidade de ensino, são todos moradores da zona rural do município.

A faixa etária dos alunos varia de dois a cinco anos que são os da Creche e da Pré-Escola, de seis a dez anos os que estudam no ensino fundamental de primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I e os alunos do EJA Educação de Jovens e Adultos que fazem parte do Projeto Educação Popular, que varia de quinze a oitenta anos.

Os alunos do Núcleo Regionalizados A, são filhos de agricultores, vaqueiros, funcionários públicos, pequenos comerciantes dentre outros. Alguns pais, ou responsáveis mantêm sempre contato com a escola apoiando-os no processo de aprendizagem.

O governo municipal através da secretaria municipal de educação e das escolas entregam os livros aos alunos onde os mesmos levam para casa, pois a leitura começa a partir dos primeiros meses de vida de uma criança, o momento de crescimento que ela se desenvolve, a mesma vai fazendo a leitura do mundo ao seu redor, reconhecendo o ambiente em que vive as pessoas as quais se relacionam. Nossos alunos entendem a importância da leitura para sua vida, tendem a levar o hábito de ler além dos muros da escola, através dos nossos projetos de leitura.

Os alunos se envolvem em assuntos da comunidade, eles tem essa vivencia, participam da vida local com seus familiares e amigos, atrelada a essa realidade está a participação nos momentos culturais das comunidades, tais como as festas juninas, as cavalgadas, os festejos religiosos, os torneios de futebol etc.

O grande avanço tecnológico obtido nos últimos anos proporcionou inúmeros recursos à educação, evidenciando assim novas práticas de ensino e aprendizagem.

A existência da Internet e o avanço das tecnologias são fatores que têm impulsionado a sociedade no sentido de transformações significativas, sobretudo no campo da educação.

A Internet é um espaço que vem sendo usado com mais frequência por nossos alunos nos tempos atuais, de modo especial em suas residências, pois nossas escolas não dispõem de um espaço apropriado para o uso da internet por parte dos alunos. Assim, a maioria dos alunos possuem acesso a internet através dos aparelhos dos seus pais ou responsáveis, os quais dispõem pelo ao menos de um aparelho celular que usam para suas necessidades bem como para realizarem atividades escolares.

Dessa forma, nossas escolas procuram formar sujeitos que seja autônomos, que possam utilizar seus conhecimentos em situações de crescimento que tenham compromisso e responsabilidade com o ambiente em que vivem e lute com garra em busca de seus objetivos.

## **4. ETAPAS DO ENSINO**

### **4.1. Educação infantil**

As escolas do Núcleo Regionalizado A, concebe a criança como um ser social, que são vistas como sujeitos que criam histórias que já trazem consigo conhecimentos, é nessa fase que as crianças começam a sentir a pensar a desenvolver o pensamento, a infância é o período em que as mesmas começam a se relacionar com outras crianças fora do contexto familiar, na escola, na comunidade ao qual a mesma esta inserida.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) diz que:

*É nessa fase que a criança participa de grupos sociais fora do contexto familiar e onde passa a conviver com outras pessoas, com isso exercita sua cidadania a partir da convivência em sociedade. Também é necessário, pensar a Educação Infantil como um espaço em que a criança tenha suas potencialidades incentivadas e que promova o desenvolvimento das habilidades da infância e das funções cognitivas, como: observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção, através de intencionalidades pedagógicas pautadas nas interações e brincadeiras, eixos estruturantes contidos na BNCC, referentes a esta etapa. ( ANGUERA, p.69, 2022).*

Sendo assim percebemos que as crianças ao chegarem à escola trazem consigo conhecimentos que na relação com outras pessoas compartilham entre si,

como seu nome, idade, qual seu brinquedo e brincadeiras preferidas, o que gostam de comer, sua cor que mais gostam, os desenhos preferidos, as músicas. As crianças do Núcleo fazem parte das próprias localidades onde as escolas estão inseridas, são crianças com a faixa etária de 02 a 05 anos de idade.

As crianças é o foco de todos os trabalhos desenvolvidos na Educação Infantil do Núcleo, a escuta de cada criança e a identificação das culturas infantis são ações de cuidado e atenção contínuos dos profissionais de educação que aqui trabalham. Estamos sempre proporcionando momentos em que as crianças possam experimentar, descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas descobertas.

A educação Infantil é umas das etapas mais importantes na formação do ser humano é nesse período que as crianças ampliam suas interações sociais, passando a adquirir novos conhecimentos e a desenvolver novas habilidades, novas competências, contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento. Assim a escola e os profissionais precisam estar bem preparados para trabalhar com os alunos, oferecendo momentos que enriqueçam ainda mais o aprendizado proporcionando atividades variadas como jogos, brincadeira faz de conta, que estimulam os pequenos a investigarem, perguntarem e experimentarem novas experiências.

O Núcleo regionalizado A, trabalha de forma que valorize e garanta os direitos de aprendizagem das crianças, oportunizando em seu planejamento, o direito de conviver com outras crianças, adultos utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si com o outro, respeitando a cultura e a relação com os demais. Estimulando as brincadeiras em diferentes espaços, ampliando cada vez mais a imaginação, sua criatividade de forma que a mesma explore movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, em suas diversas modalidades, as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

#### **4.1.1. Creche**

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como premissa o desenvolvimento integral da criança nos seus variados aspectos, dando continuidade às ações da família e da comunidade.

O desenvolvimento cognitivo das crianças acontece nos primeiros anos de vida, a entrada da criança na creche marca o início do percurso pedagógico e cabe às nossas Escolas propiciar à criança a aquisição e a produção de conhecimento, respeitando a sua individualidade, valorizando o universo infantil, repleto de imaginação, descoberta, curiosidade e brincadeiras.

Atendemos crianças na faixa-etária de 1 a 3 anos, oferecendo educação e cuidados, visando o desenvolvimento de suas diversas linguagens, respeitando seu contexto histórico e cultural, suas individualidades e necessidades, oportunizando a construção do conhecimento e a interação com os outros, permeados por atividades lúdicas, na perspectiva do direito da criança, quanto às questões relacionadas à sua saúde, higiene, alimentação, segurança e desenvolvimento e aprendizagem.

No que se refere ao organizador curricular o Documento Curricular Referencial da Bahia diz que:

*Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, o Organizador Curricular tem como pressuposto articular os princípios preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil aos Campos de Experiências, ao processo de desenvolvimento da aprendizagem e à formação integral da criança. (DCRB, p. 138)*

Assim procuramos desenvolver um trabalho voltado à realidade dos nossos alunos, porém dentro das nossas possibilidades, incentivando o desenvolvimento dos mesmos para quando saírem da educação infantil, possa ingressar no ensino fundamental com as aprendizagens essenciais, comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto as vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

#### **4.1.2. Pré-Escola**

Das 6 escolas que compõem o Núcleo Regionalizado A, 5 delas ofertam o ensino para as crianças da pré-escola. Seguindo o que é posto no art. 30 da LDB:

*A educação infantil será oferecida em:  
I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;  
II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.*

A mesma reúne crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Nesse período elas concretizam o aprendizado sobre a escrita do nome, reconhecimento do alfabeto e números, como também a leitura de palavras simples. Para que essa realidade se

consolide, faz-se necessário a participação ativa da família como contribuinte no processo de alfabetização da criança.

*A Pré-Escola deve ser um espaço de experiências significativas que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. É importante destacar neste documento a relevância das brincadeiras que envolvem cantigas, parlendas, rimas, os jogos de sons e palavras, as contações de histórias para tornar a leitura divertida e conseqüentemente, estimular a escrita, neste período educacional (DCRM, 2022, p.101).*

As nossas escolas, por meio dos docentes, buscam ofertar para nossas crianças um brincar com significado, isso é, a aprendizagem por meio de momentos lúdicos. Nesses períodos, as professoras usam desde riscos no chão para trabalhar o equilíbrio, noção de espaço (direita e esquerda), bolas coloridas para trabalhar as cores primárias e contagem, como também a contação de histórias com o reconto feito pelas crianças.

## **4.2. Ensino Fundamental**

### **4.2.1. Anos Iniciais**

O Núcleo Regionalizado A, é composto por 6 escolas, dessas, 4 possuem ensino fundamental, sendo que apenas a Escola Ovídio Balbino de Almeida oferta o ensino do 1º ao 5º ano e a EJA, as demais unidades, como o Prédio Escolar Elói Caetano da Silva, oferta o 1º, 3º e 4º ano; o Prédio Escolar Décio Agrário de Carvalho oferta o ensino do 1º ao 4º ano e a EJA, enquanto que o Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão oferta apenas o 1º ano, o Prédio Escolar São José, oferta apenas a EJA.

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa no ciclo da educação básica, o que corresponde a 9 anos, desses, 5 anos de ensino corresponde ao ensino Fundamental I. Um período essencial para a formação dos alunos, principalmente os dois primeiros anos, nos quais é consolidada a alfabetização.

Esse período é essencial para que a criança possa adquirir as habilidades e competências que irá possibilitar o desenvolvimento dos mesmos nos anos subsequentes, por isso buscamos seguir de perto todas as orientações dadas pelo currículo nacional, estadual e municipal. Esse período será para que eles possam consolidar o que já foi visto nos anos anteriores e ampliar novos conhecimentos.

Compreendemos que nos anos iniciais a criança deverá ter realizado até término do ciclo da alfabetização:

*O que se propõe é que haja a construção da consciência fonológica, do conhecimento sobre as diferentes estruturas silábicas, as regularidades ortográficas diretas, as diferentes grafias do alfabeto (nos dois primeiros anos); construção das regulares ortográficas (contextuais e morfológicas) na ortografização; desenvolvimento da fluência em leitura de forma gradativa em níveis de complexidade crescente. (DCRM, 2022, p. 120).*

Dessa maneira faz-se necessário o trabalho com as habilidades competentes a tais realidades. Contudo, não é somente trabalhar as habilidades, mas a maneira com elas são desenvolvidas em sala, o que implica diretamente na prática pedagógica do professor, o qual precisa desenvolver mecanismos facilitadores da aprendizagem, para que assim seus educando se desenvolvam de acordo com o esperado para a faixa etária de cada um deles.

A Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019, em seu Art 16 no § 1º diz que deverá

*Priorizar-se-ão, nesse período, os procedimentos que reforcem o desenvolvimento da competência em leitura e escrita, bem como os relacionados com a aquisição do senso numérico, por meio de estratégias que fortaleçam o uso eficaz da escrita, a fluência leitora e a desenvoltura com as competências da cognição numérica.*

Enquanto nos dois primeiros anos o foco está na alfabetização, nos anos do ciclo complementar a preocupação está em conceber solidez ao letramento e a alfabetização, como também garantir as aprendizagens próprias de cada tempo, como a leitura de textos que irá possibilitar o desenvolvimento da oralidade, do expressar-se, a leitura de imagens explorando as cores, movimentos, traços e o que está implícito em cada imagem e textos.

#### **4.2.2. Transição da Creche para a Pré-Escola**

O funcionamento da creche no Núcleo Regionalizado A, se dá a partir dos dois e três anos de idade, porém essa oferta não acontece em todas as escolas, apenas o Prédio Escolar Maria José Silveira oferece o grupo 02, 03, 04, e 05 as demais o funcionamento ainda acontece com turmas multisseriadas.

Tendo em vista essa realidade, as escolas que possuem turmas multisseriadas, a transição feita pelos alunos acontece na teoria, mas não na prática, uma vez que, esses alunos embora mudem de séries, não muda de turma, professor e escola permanecendo no mesmo ambiente educativo. Contudo, esses alunos, ao iniciarem o novo ano letivo, ficam informados pela equipe escolar, que mesmo fazendo parte da mesma turma se encontra em uma nova série.

A transição entre essa duas etapas acontece de forma tranquila, mas com muita atenção de forma que a entrada na pré escola possa dar seguimento aos estímulos desenvolvidos no grupo 02 e 03, oportunizando nas crianças seus desenvolvimentos em todos seus aspectos, além de estimular novas descobertas e experiências.

#### **4.2.3. Transição da Pré-escola para o 1º Ano**

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica ou da pré-escola para o 1º ano exige bastante atenção, pois necessita de equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo a continuidade dos desenvolvimentos dos alunos.

Assim fica evidenciado a importância de pensar no planejamento que contemple estratégias de acolhimento, adaptação para quando ingressar no ensino fundamental os mesmos possam se sentirem confortáveis e seguros na continuidade de seus estudos, já que os mesmos irão ingressar na etapa mais longa da educação básica.

O Documento Curricular Referencial da Bahia ( DCRB) diz que:

*Essas mudanças impõem desafios na elaboração de currículo para a etapa do Ensino Fundamental, de modo a superar as lacunas que ocorrem entre as etapas da Educação Básica, mas principalmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens dos estudantes, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos.( DCRB, 2019 p. 147)*

Contudo o município de Anguera preocupada com essa transição elaborou o seu currículo de forma a garantir o desenvolvimento entre as etapas de ensino, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos, pois nessa fase, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações no meio social.

Como cita o DCRM

*Ainda, nos Anos Iniciais é importante desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas em que o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado.(ANGUERA, 2022, p. 106)*

Assim os alunos do Núcleo Regionalizado A, ao ingressarem no primeiro ano são recebidos com bastante entusiasmo e com o planejamento bem estruturado favorecendo suas interações com o espaço, a relação com diferentes linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permitindo a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e no seu entorno.

No 1º ano os alunos passam a ter uma rotina diferenciada, com novos materiais, livros, apostilas, caderno, no decorrer do ano os educandos vão adquirindo novos hábitos, responsabilidades dando continuidade ao processo de alfabetização, da comunicação oral, o sistema da escrita alfabética, os registros dos símbolos matemáticos, diferenciar letras de números, realizar cálculos orais, escritos e situações que favoreçam seu processo de alfabetização.

#### **4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano**

A transição do 2º ano para o 3º ano é um período de suma importância, pois a mesma é marcada por desafios, onde o foco principal é a consolidação do processo de leitura e escrita. Ao finalizar o 2º ano espera-se que os mesmos tenham aprendido a ler e escrever com autonomia, a interpretar, conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, tenha aprendido o sistema de numeração decimal, ampliando cada vez mais seus conhecimentos tanto no campo matemático, como linguístico, que passem a conhecer mais o próprio corpo, suas funções, as transformações que o mesmo apresenta nessa fase da vida e os meios para lidar com elas.

O Documento Curricular Referencial Municipal na portaria SEC Nº 02/2010 diz que:

*O Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera, considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:*

*I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*

*II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;*

*III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*

*IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (DCRM, 2022, p. 104).*

Nesse período os alunos estão vivenciando mudanças no processo de desenvolvimento na leitura, escrita, pensamento crítico e criativo, sendo importante se manter um trabalho pedagógico que valorize os conhecimentos prévios das crianças, no sentido de conduzi-los a novas aprendizagens.

Durante esse processo de transição é comum alguns alunos chegarem ao final do ciclo sem competências e habilidades próprias ao momento do processo ensino aprendizagem, dessa forma, o planejamento contempla ações específicas para quando iniciarem o novo ciclo os professores possam ter alguns cuidados essenciais, em tenta-se, a realização de avaliações diagnóstica por etapa letiva, com objetivo de identificar as causas das dificuldades particulares dos educandos na assimilação dos conhecimentos. Com esses dados em mãos os educadores passam a estabelecer estratégias pedagógicas adequadas à realidade e as dificuldades de cada turma.

O Documento Curricular Referencial Municipal – DCRM para a Educação Infantil e Ensino Fundamental tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, assim fica evidente que os alunos possam ter garantidos todas as suas etapas de ensino, cabendo a cada instituição escolar encontrar meios para promover a garantia dos direitos de aprendizagem. Sem perder de vistas os saberes os conhecimentos como elementos que, associados aos campos de experiências, marcam a intencionalidade das práticas docente, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo possibilitando compreensão das diferentes dimensões da vida em sociedade.

#### **4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano**

O período de transição do 5º ano para 6º ano é a fase final do fundamental I é um período em que os alunos já começam a usar o seu raciocínio lógico, para interpretar e solucionar problemas por meio de diferentes estratégias. Ela também sintetizará os seus conhecimentos nas quatro operações matemáticas. Nessa fase os alunos estão entre 10 a 11anos consolidando os conhecimentos dos anos anteriores.

De acordo co o Documento Curricular Referencial Municipal:

*O impacto dessa mudança, do 5º ano para o 6º ano, requer atenção e acompanhamento. Os alunos passam a vivenciar uma nova realidade, já que iniciam um período de formação, em que a diversidade toma maior*

*evidência. São muitos professores, diversas linguagens e temáticas socioculturais, que se ampliam durante o processo formativo dos anos finais. Essas mudanças não só exige um grau maior de adaptação dos estudantes, como também a necessidade de estreitar laços de convivência e proximidade (ANGUERA, 2022, p. 108).*

Assim os alunos do Núcleo Regionalizado A, começam a viver uma nova realidade, passando por longos períodos de estudos, tendo uma maior quantidade de professores e componentes curriculares, sendo uma fase em que os mesmos passam por diversas mudanças relacionadas ao seu processo de desenvolvimento seja ele físico, emocional ou social. A participação da família é primordial nessa fase, as instituições necessitam buscar meios de torná-las mais próxima da escola.

Os educando terão assim novas convivências no ambiente escolar, sendo necessário que desenvolva um trabalho que possa amenizar possíveis implicações no campo cognitivo/afetivo. Tais atividades devem conter estratégias que contribuam com o processo de adaptação necessária quanto ao ambiente, como também ao nível em que o educando se encontra, à proficiência das aprendizagens, ações que os impulsionem a interagir de forma crítica e construtiva com o meio, bem como incentivos a novos instrumentos favoráveis à aprendizagem.

## **5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO**

### **5.1. A Política da Educação Inclusiva**

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a

importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

*Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;  
Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.*

*No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:*

*Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.*

*Complementado pelo item 2, que diz que:*

*Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.*

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

*Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;  
Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;  
Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;  
Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;  
Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;  
Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;  
Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;  
Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;  
Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;  
Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.*

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- ✓ Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- ✓ Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- ✓ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- ✓ Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão

Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois

primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;

Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

- Art. 1º: "Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem";*
- Art. 2º: "Expandir o Enfoque";*
- Art. 3º: "Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade";*
- Art. 4º: "Concentrar a Atenção na Aprendizagem";*
- Art. 5º: "Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica";*
- Art. 6º: "Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem";*
- Art. 7º: "Fortalecer as Alianças";*
- Art. 8º: "Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio";*
- Art. 9º: "Mobilizar os Recursos";*
- Art. 10º: "Fortalecer a Solidariedade Internacional".*

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- ✓ Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- ✓ Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- ✓ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- ✓ Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos

Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

Das escolas do Núcleo Regionalizado A, apenas o Prédio Escolar Maria José Silveira, possuem dois alunos com necessidades educacionais especiais presentes na mesma sala. Esses alunos recebem a atenção da professora titular e da auxiliar que os ajudam no desenvolvimento das atividades, trabalhando com materiais concretos, como o alfabeto móvel, jogos de encaixe, brinquedos coloridos no reconhecimento das cores, jogo das sílabas etc.

Esses mesmos possuem relatório médico, realizavam acompanhamento com a psicóloga do projeto “Eu amo a minha escola”, contudo, esse acompanhamento foi interrompido devido à profissional ser transferida para outro setor do município, porém, a família buscou atendimento especializado junto a outros órgãos que ofereciam esse atendimento.

#### **5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva**

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses

sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas

intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses dicentes.

### **5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva**

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC , 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão e

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para

atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela 1995.p.34) afirmam que:

*[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.*

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

### **5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva**

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”. E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

- ✓ A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
- ✓ O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização. O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta

Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

#### **5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação**

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille
- ✓ Técnicas de Soboran
- ✓ Orientação e Mobilidade
- ✓ Educação Física Adaptada
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

## **5.2. A Política de Educação do/no Campo**

### **5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo**

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mais sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mais especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

As escolas do Núcleo Regionalizado A, estão vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista que as nossas instituições estão situadas todas na zona rural, o público que a integra e a constitui faz parte dessas mesmas localidades.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para as nossas comunidades escolares com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária, portanto, o que desejamos é que tais políticas públicas cheguem às

escolas do Núcleo Regionalizado A, para que nosso alunado possa desfrutar de tudo quanto elas possam oferecer.

Logo, o campo precisa ser visto e valorizado a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola (no município não há registro dessas etnias), favorecendo, assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

As escolas do Núcleo Regionalizado A, embora estejam inseridas em um contexto rural, não oferece aos educandos uma educação rigorosamente do campo, pois, a grade curricular não está de acordo com as exigências do que pede a educação do/no campo. Contudo, com embasamento na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 diz em seu § 2º que: “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino” o que vem a garantir ao aluno o direito de realizar as atividades em um momento posterior.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (BNCC, DCRB, DCRM), que norteiam nosso fazer pedagógico. Buscamos inserir também, junto aos demais conhecimentos advindos dos saberes de vida dos nossos educandos, saberes esses que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si mesmo e ao espaço que ocupam.

### **5.2.2. Princípio Orientadores da Educação do/no Campo**

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, pois propaga os diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo.

A Educação do/no Campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, as instituições e os sujeitos que lhes dão forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do

reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

*I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;*

*II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;*

*III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;*

*IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;*

*V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;*

*VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;*

*VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e*

*VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola.*

*(BAHIA, 2015, p. 2).*

Trabalhamos com projetos que contemplem o pleno desenvolvimento dos alunos, vivenciando de forma inovadora, diversos aspectos do meio em que estão inserido, favorecendo a interdisciplinaridade, a contextualização, utilizando conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e compreender a realidade.

A construção dos Princípios da Educação do Campo é mais uma conquista de suma importância como um direito universal, pois vem ajudar o professor a melhorar a sua prática em sala de aula, trazendo para o dia a dia a vivência do homem do campo. A maioria das escolas do Núcleo Regionalizado A, oferta um modelo multisseriado, porém prezamos por uma organização pedagógica pautada na realidade dos alunos, contribuindo assim, para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem com base nos conhecimentos prévios dos mesmos.

Assim, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

### **5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo**

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, nós do Núcleo Regionalizado A realizamos, reuniões, leituras compartilhadas, discussões, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos das nossas instituições, colocando em evidência as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em ênfase suas peculiaridades já conhecidas, tendo em vista chegarmos ao que ainda não conhecemos, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para atender a essas e outras necessidades, propomos por meio do projeto de leitura “Escola e família de mãos dadas no mundo da leitura” com o intuito, de aproximarmos a comunidade escolar, como participantes do processo de formação dos discentes.

Dessa forma, percebemos que o ensino pode ser desenvolvido por meios variados de construção e reconstrução do espaço físico. Os alunos tendo oportunidades e possibilidade de problematizar a realidade, estabelecendo conexões com os objetos de conhecimento, buscando trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvendo ainda metodologias próprias das nossas instituições a partir do convívio com a comunidade como um todo.

#### **5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação**

O ato de avaliar transcende a mera obtenção de dados positivos ou negativos com a intenção de qualificar os estágios de desenvolvimento da aprendizagem dos educandos ao realizarem determinado tipo de avaliação. Pois, entendemos que avaliar parte do pressuposto da obtenção do conhecimento acerca das especificidades dos nossos educandos para que possamos criar possibilidades e meios de intensificar seus pontos positivos e sanar seus déficits educacionais.

Assim, destacamos a nossa preocupação em avaliar os nossos educandos do campo, levando em consideração seus conhecimentos, valorizando seus saberes, não somente os saberes construídos em sala de aula, mas buscamos incluir também os conhecimentos provenientes de suas vivências experienciadas em meio às demais instituições (familiar, social, religiosa, etc.).

Nós do Núcleo Regionalizado A, buscamos trabalhar com os diversos tipos de atividades e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas, criação de peças (dramatização), observação, pesquisas, realização de trabalhos em grupos, leituras individuais e coletivas (com a participação da família) e jogos pedagógicos com o intuito de inovar e despertar o interesse, testes, provas, entre outras. Todas essas realidades estão subdivididas nas três etapas que compõem o ano letivo.

Com isso observa-se que para alcançar os seguintes objetivos é necessário analisar o papel da avaliação no contexto escolar, identificando seus diferentes tipos, observar como ocorre o processo de avaliação utilizado pelos professores em sala de aula, compreender que a avaliação é processo permanente de aprendizagem e transformador do contexto social.

#### **5.3. A Política da Educação De Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Consequentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a

realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

Dessa forma o Núcleo Regionalizado A, pensando em garantir uma educação pública de qualidade, vem desenvolvendo em suas escolas o projeto Educação Popular como forma dos alunos darem a continuidade em seus estudos. O projeto vêm acontecendo em três das seis escolas do Núcleo Regionalizado A, trata-se de um ensino desenvolvido com base nas experiências de vida dos alunos.

### **5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) guarda na sua gênese o vínculo com a educação popular, ficando, por muito tempo, compreendida como uma ação destinada a determinados grupos sociais, assim como, associava-se a intervenções educativas geradas por ações políticas e projetos de temporalidade definida. Assim como citado neste documento esta modalidade de ensino foi ofertada no município de Anguera no ano de 2009, e a denominação (EJA) ao logo dos tempos passam por alterações conforme a necessidade municipal local que tange a educação, atualmente denominada como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) diz que:

*A EJA ofertada na Rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho (DCRM, 2022, p. 35).*

Na rede municipal de ensino o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos apresenta algumas características da Educação Popular defendida e erguida por Paulo Freire, onde enfatiza concepção do educando como sujeito modificador do seu próprio saber, faz com que o aluno interaja com o professor, expondo os conhecimentos adquiridos, descodifique o que já aprendeu e reconstrua o seu conhecimento baseado em sua realidade.

Desse modo a concepção Freiriana, as instituições devem ofertar aos educandos as oportunidades de buscarem despertar a leitura de mundo, promovendo a libertação, preparando-o para a transformação da realidade envolta, contribuindo para que o estudante se torne parte da sua história.

Dessa forma, para melhor compreender os sujeitos da EJA que fazem parte do projeto Educação Popular, alguns questionamentos são pertinentes e imprescindíveis às descobertas desta modalidade de ensino: Quem são estes alunos? Quais são suas experiências? Que fatos históricos estão vivendo no momento? Como eles aprendem? Assim, é possível compreender a necessidade de se debater sobre questões que envolvem a EJA tal como a ação do professor a fim de que ao aluno seja possível entrar em contato com o que lhe possibilite modificar a conduta em função dos seus objetivos.

### **5.3.2. Princípio Orientadores da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

No CEJA, a política de educação aos jovens, adultos e idosos realizam desafios resgatando compromisso histórico e cultural da sociedade anguerense contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentada na construção e exigências legais definidas na proposta curricular.

Em seu Artigo 37º a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que:

*a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, ainda em seu § 1º a referida Lei discorre os sistemas de ensino onde os mesmos assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.*

As escolas do Núcleo Regionalizado A, procuram valorizar o reconhecimento da educação de jovens, adultos e idosos como direito, buscando a valorização das diferentes formas de educação, formal e não-formal. Neste contexto, as propostas de cursos de formação para os educadores da EJA tem incorporado à alfabetização, compreendendo que esta é uma etapa do processo de educação formal e, para dar efetividade às práticas desenvolvidas junto aos jovens, adultos e idosos, a oferta de formação específica e adequada mostra-se uma ação prioritária.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que: - Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Ainda como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

### **5.3.3. Diretrizes e Indicadores da Avaliação**

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

No CEJA estas Diretrizes são destinadas aos educandos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda:

- as especificidades de tempo e espaço para seus educandos;
- o tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e
- a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Nesse mesmo contexto, a educação de jovens e adultos foi incluída no Plano

Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 9 de janeiro de 2001, pelo Governo Federal.

Em relação aos indicadores da avaliação, segundo Minayo “eles são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção”. (MINAYO, 2009, p. 87).

Nesse sentido os indicadores educacionais são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Tais ferramentas são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

*A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (FREIRE, 1996, p.65).*

No CEJA os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas realizadas pelos professores com as metodologias na forma de como ensinar e como o aluno aprende, considerando as diferentes formas de vidas e conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo. Assim como afirma Freire na citação acima avaliar e conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. Assim, o sistema de avaliação realizado pelos professores da EJA, do Núcleo Regionalizado A, perpassa por diversos meios avaliativos, os quais incluem trabalhos, apresentações, participação nas atividades e atividades avaliativas.

#### **5.4. A Política da Inovação Tecnológica**

A tecnologia hoje é sem dúvidas uma ferramenta de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem, mesmo sabendo as reais necessidades das escolas não podemos deixar de incluir a tecnologia do dia a dia da escola. A

inovação tecnológica vem contribuindo de forma enriquecedora para a criação de processos capazes de gerar e administrar o conhecimento e o mercado vem mostrado como é possível aprender através da interação com o ambiente e no sentido de suprir as necessidades e demandas sociais.

É de fundamental importância que as escolas tenham um sistema educacional de tecnologia que possa promover a inserção de alunos junto aos meios de aprendizagem. No que se refere a área educacional, a inovação tecnológica têm o potencial de melhorar o ensino, e de ofertar aos alunos oportunidades, oferecidas por abordagens pedagógicas inovadoras e com o uso de tecnologia digital.

Tendo em sua estrutura a intenção de levar o leitor ao entendimento conceitual de técnica e tecnologia no contexto histórico da humanidade, apresentando aspectos da mesma como recursos nas diferentes tendências pedagógicas, contextualizando os desafios que essas trazem à educação.

No cenário atual encontramos práticas pedagógicas inovadoras e uso de tecnologia em muitas escolas, estas inovações ainda não ganharam escala e não provocaram transformações sistêmicas nas redes de ensino do município de Anguera e no Núcleo Regionalizado A em geral.

Sendo necessário repensar nas práticas e investir em políticas pública que contemplem toda área educacional oferecendo oportunidades e formações a todo corpo docentes e demais colaboradores para que estes possam implementar ações de inovação e tecnologia no seu planejamento, atendendo suas necessidades locais, permitindo acesso a todos os estudantes, ofertando assim uma educação de qualidade para quando esses jovens adentrarem ao mercado de trabalho tenham garantidos os conhecimentos necessários sobre tecnologia.

Dessa forma o crescente avanço tecnológico tem se constituído em um processo de aprender continuamente cabendo aos professores apropriar-se dos mesmos e incorporá-los na sua prática docente, buscando promover ambientes interativos que favoreçam a aprendizagem buscando o desenvolvimento pleno do aluno.

O Núcleo Regionalizado A, não dispõe de muitos recursos tecnológicos que possam ofertar tanto os alunos quanto aos professores uma política que favoreça seu processo de ensino e aprendizagem, a maioria das escolas até que dispõem de

acesso a internet, mas não possui velocidade suficiente que atenda aos seu corpo discente e docente, a velocidade permite apenas o uso administrativo e as vezes não funciona adequadamente.

#### **5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica**

“A palavra inovação relaciona-se ao ato de inovar, ao ato de fazer algo novo. Em um mundo em que o processo de mudança é bastante presente, a inovação figura no centro de análises de diversos tipos” (FUCK; VILHA. 2011, p.3). A educação tem se modificado a cada dia, buscando trilhar novos caminhos, aquele modo de ensino e aprendizagem que era utilizado já não pode mais acompanhar os estudantes hodiernos. O perfil do aluno desse século não é igual ao do século passado, definitivamente, os tempos são outros. As tecnologias vieram para transformar as relações interpessoais e conjuntamente a ela também a educação.

*Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade [...]A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações (BRASIL, 2018, p. 473).*

Entende-se a necessidade do uso das tecnologias nas salas, contudo de modo intercalado, para que se tenha um equilíbrio entre as realidades. Em nossas escolas concebemos as tecnologias como parte essencial para o desenvolvimento da aprendizagem, desde o uso do data show, passando pelo pincel, as experiências que são realizadas com plantas, uso de celulares para pesquisas em casa etc.

A pandemia fez com que a inovação tecnológica deixasse de ser algo distante para se tornar uma realidade. Os professores precisaram se adaptar para darem suporte aos alunos por meio dos aparelhos celulares, com o envio de vídeos explicativos das atividades, foi necessário reinventar-se, buscar novos meios para que o ensino e a aprendizagem não ficassem prejudicados.

A busca por novas práticas inovadoras demonstrou que havendo a necessidade, temos a capacidade de nos adequarmos as mais diversas realidades e que “as inovações podem se dar de forma incremental, agregando melhorias a processos [...] já existentes. As mudanças podem ser desenvolvidas dentro do próprio sistema que busca se renovar”.(INSPIRARE, 2014, p.5). Da mesma maneira ocorre na educação, as mudanças que acontecem é para aprimoramento e melhorias do ensino.

#### **5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica**

Os documentos curriculares se constituem como a base para o incentivo no uso da inovação tecnológica. A nova sociedade pede uma nova configuração de ensino que busca mudar os padrões, fugindo da ótica mecânica e engessada. “Várias ferramentas tecnológicas estão disponíveis para as escolas adaptarem-se ao mundo moderno e incorporarem novos métodos de ensino que possam melhorar o processo de ensino e aprendizagem e a prática da interdisciplinaridade” (DCRB, p.341).

Nesse novo cenário compreendemos que a tecnologia não está presente apenas em um componente curricular ou em um tema transversal, mas em todas as áreas do ensino, favorecendo a aprendizagem. “As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens”.

#### **5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica**

A educação está direcionada para diversos indivíduos, tendo como ponto de encontro a troca de conhecimentos, a socialização, o compartilhamento de saberes. Atualmente a facilidade para a obtenção de informação é muito grande, esse fator se da por conta do acesso as novas tecnologias, fator esse que também tem facilidade a pesquisa na área da educação.

Dessa maneira buscamos direcionar as modalidades contidas no Projeto Político Pedagógico de modo que elas dialoguem com os marcos referenciais mantendo o fator identitário do Núcleo Regionalizado A, ou seja, tudo que foi proposto está contido dentro da nossa realidade educacional, “a visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa o 'rumo', o horizonte, a direção que a instituição escolheu, fundamentado em elementos teóricos”.

#### **5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação**

As atividades avaliativas não possuem um fim em si mesmo, mas possibilita uma análise contínua da aprendizagem. Por meio dela os educadores podem perceber quais habilidades foram consolidadas e quais ainda precisam ser

alcançadas. Para isso é necessário o uso de novas práticas pedagógicas que possibilite ao aluno uma nova visão acerca dos objetos de conhecimento.

A rede municipal de ensino estabeleceu a realização de uma avaliação diagnóstica, a qual é realizada sempre no início de cada ano letivo, através da qual pode se perceber quais as habilidades já foram consolidadas e quais ainda precisam ser reforçadas. São feitas também avaliações em períodos específicos como após uma etapa letiva.

Assim, a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital. Por meio de algumas dessas realidades buscamos suprir as necessidades de aprendizagem dos nossos alunos.

## **5.5. A Política de Assistência Estudantil**

### **5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil**

**Acesso:** as rotas realizadas para deslocamento dos alunos que compõem as escolas do Núcleo Regionalizado A, são todas conhecidas da gestão escolar, o que facilita o acompanhamento de como a mesma está sendo realizada. Atualmente no ano de 2022, das seis (6) escolas que fazem parte do Núcleo Regionalizado A, somente uma não necessita de transporte para deslocamento de educandos que é o Prédio Escolas Professora Hélia Maria Brandão, todas as demais há a necessidade do transporte para deslocamento dos alunos de suas residências até as unidades escolares.

Existe uma parceria muito grande entre a escola e as famílias dos estudantes que utilizam o transporte, de modo que, quando há alguma irregularidade no mesmo as famílias sempre notificam a gestão do que ocorre acerca do mesmo o que favorece a tomadas de decisões mais rápidas em favor daqueles que necessitam diretamente do transporte escolar.

O fato dos nossos estudantes serem todos do interior favorece o conhecimento das suas realidades comunitárias, ou seja, facilita no trabalho com a contextualização e instigação dos conhecimentos prévios dos alunos. Isso nos permite desenvolver ações que vá de encontro a pontos negativos existente em

cada comunidade como o combate a violência, ao uso de álcool por adolescente dentre outras realidades.

Entendemos que não precisamos trabalhar tais realidades de forma direcionada, mas em âmbito de conteúdo ou projeto, de modo que a temática seja discutida, mas sempre apontar situações, trabalhando de modo leve, com textos, imagens, vídeos, etc. que possa favorecer a compreensão dos alunos e alertá-lo da realidade.

Nossas unidades escolares não possuem recursos pedagógicos que possam atender a crianças com necessidades educacionais especiais, contudo, nos esforçamos e buscamos junto à secretaria de educação, meios que possam possibilitar a esses alunos o desenvolvimento da aprendizagem com qualidade e eficácia.

**Permanência:** durante o período da pandemia o acompanhamento pedagógico foi realizado por meio de rede de modo virtual. Os professores foram orientados a criarem grupos no whatsapp para transmitir as informações sobre as atividades que eram encaminhadas semanalmente para os alunos. Nesses grupos os professores postavam vídeos explicativos que auxiliavam no desenvolvimento das atividades dos alunos em casa. Essas atividades eram enviadas pelo moto boy e recolhidas da mesma maneira, os professores então efetuavam as correções e sinalizavam quais pontos os alunos deveriam ter mais atenção.

Em meio a pandemia tivemos o chamado ensino híbrido, no qual parte do ensino era realizado em sala, parte na residência do aluno. Esse momento serviu para um primeiro contato com os educandos ainda em meio a pandemia, de modo a resguardar o distanciamento, podendo ter conversa com os alunos sobre o momento que se estava vivendo e como lidar com tal situação.

No ano de 2022 com a volta do ensino na modalidade totalmente presencial, pode-se perceber o quanto se tinha a necessidades de trabalhar as habilidades socioemocionais, pois, tudo quanto havia sido construído tinha sido afetado, precisando fazer a reconstrução da realidade que o distanciamento havia imposto.

Nesse momento tivemos a contribuição do projeto “Eu amo a minha escola”, grupo que contava com a participação de uma psicóloga que contribuiu com os alunos que julgávamos necessitar desse acompanhamento para melhor

desenvolvimento da aprendizagem. Para que esse acontecesse, entrávamos em contato com a família, orientando sobre a situação, solicitávamos a permissão da mesma para então fazermos o encaminhamento para a realização do atendimento.

Toda ação realizada é sempre em prol do aluno para que ele possa ter o desenvolvimento adequado das aprendizagens, a qual é prejudicada quando o mesmo vem a faltar nas aulas, os professores notando essa falta, quando frequente, notificam a gestão para que a mesma possa realizar a “busca ativa” que é a ida até a residência do aluno para conversar com os familiares e entender o motivo da ausência na aula, tudo isso é registrado em uma ficha que fica na unidade escolar.

## **5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores**

### **5.6.1. Concepção da Formação Continuada**

A Secretaria Municipal de Educação do Município Anguera, oferta dentro de suas possibilidades a formação continuada para todo o corpo docente, com intuito de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem dos profissionais na perspectiva de uma nova concepção de conhecimento focada na interdisciplinaridade, nos objetos de conhecimento, nas habilidades e competências.

A formação continuada é entendida como a capacitação frequente dos educadores, sendo uma necessidade que precisa ser vivenciada, pois a mesma funciona como um incentivo a prática docente e valorização profissional, sendo uma forma de assegurar a atuação de professores mais preparados para atuarem nas salas de aula. Sobre esta orientação, Imbernón afirma que:

*A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (2001 p.48-49).*

Nesse sentido a formação continuada atua como forma de reflexão e direcionamento da prática docente, visando melhoria na qualidade do ensino, além de instigar nos professores o interesse na busca constante de atualizações e aprimoramento, pois, o conhecimento não é algo pronto e inacabado, o educador necessita estar sempre em busca do novo, na medida em que o mesmo atua com

uma postura reflexiva e crítica, torna-se favorável o processo de ensino-aprendizagem.

### **5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada**

A formação continuada deve ser vista como grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho docente, pois ela favorece a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando notável significado às práticas pedagógicas.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, no Cap. II, Art. 4º diz que:

*A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.*

No processo de ensino-aprendizagem, com relação aos professores que, lecionam o componente curricular de sua responsabilidade, devem ser facilitadores das aprendizagens, organizadores de atividades, orientadores, pesquisadores, buscando preparar sujeitos para um mundo cada vez mais flexível e globalizado. Onde os mesmos necessitam ter tais princípios em sua formação e ser fio condutor aos seus alunos.

As escolas do Núcleo Regionalizado A, buscam dentro de seus limites organizar a formação docente contemplando os princípios orientadores, assim como sugere a BNCC, o DCRB e o DCRM, trabalhando de forma coletiva, agindo com autonomia, responsabilidade, tomando direções que sejam coerentes de forma ética e transparente. Desejamos que nossos professores formem cidadãos críticos e consciente de seus direitos e deveres, onde os alunos tenham liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, garantia de padrão de qualidade.

Dessa forma, os direitos de aprendizagem, precisam ser orientados para promover o desenvolvimento integral do educando, prezando pelo convívio social, e o conhecimento como possibilidade de repensar o meio no qual está inserido. Esse é, sem dúvida, um dos grandes desafios da Educação na contemporaneidade e

tendo profissionais bem capacitados favorecerão o processo de ensino e aprendizagem.

### **5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada**

Uns dos caminhos que apontam a melhoria na qualidade da educação seja ela na rede municipal ou no mundo em geral está relacionada à formação continuada, sendo fundamental sua discussão na organização da escola como um todo e de suas relações com a sociedade.

Assim, Projeto Político Pedagógico precisa contemplar a formação de todos os profissionais que fazem parte do ambiente escolar, sendo necessário que a unidade de ensino ofereça tempos e espaços para a formação continuada em serviço, acompanhando e estimulando a participação de todos os profissionais da educação.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A Lei Nº 165 de 15 de Outubro de 2013 em seu capítulo **XXX**, diz que:

*Art. 78 - Compete à Secretaria de Educação, a elaboração e o desenvolvimento dos programas de formação continuada dos Professores Municipais, conforme programas obrigatórios anuais de aperfeiçoamento e atualização.*

*Art. 79 - Os programas de aperfeiçoamento terão sempre caráter objetivo e prático, para serem ministrados:*

*I – pela Secretaria de Educação, através de sua Equipe Técnica de áreas afins ou tecnológicas, técnica pedagógica e assessoria psicopedagógica;*

*II - pelos órgãos integrantes da Rede Municipal de Educação ou da Educação Básica;*

*III - mediante celebração de convênios com Universidades e outras Instituições Especializadas (Anguera, 2013, p.29).*

Tendo como base a resolução descrita acima, entendemos que o momento da Atividade Complementar (AC) não se constitui como ocasião para formação, o que gera a necessidade de um tempo próprio para realização da mesma. Portanto, as formações são previamente marcadas pela gestão, com todos os profissionais, acontecendo em horários e dias pré-estabelecidos. Para esse momento é escolhido um tema que seja da necessidade dos educadores ou colaboradores, onde criamos um ambiente que promova a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus

processos de construção com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade.

A Lei Nº 165 de 15 de Outubro de 2013 em seu Art. 12, diz que:

*Os Professores Municipais ocupantes de cargo efetivo na Carreira do Magistério Público Municipal, terão observância dos seguintes princípios e diretrizes, entre outros instituídos por esta Lei:*

*I - Ingresso nos cargos exclusivamente por concurso público de provas e títulos;*

*II - Progressão baseada na titulação e no tempo de serviço;*

*III - Piso Salarial Profissional que se constitua em remuneração condigna, conforme a Lei Nacional nº 11.738/2008;*

*IV - Vantagens financeiras em face do local do trabalho, público alvo e condições especiais de trabalho;*

*V - Formação, capacitação e atualização profissional permanente na área de educação, com garantia de acesso a curso de formação continuada;*

*VI - Condições adequadas de trabalho;*

*VII - Jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes;*

*VIII - Período reservado a estudo, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho (Anguera, 2013, p.6).*

A pesquisa sempre fará parte da vida do educador, dessa maneira, as diretrizes vêm fortalecer e lembrar esse propósito necessário de uma atualização constante, não somente do que é inerente a sua área de formação, mas do conhecimento num todo. Essas diretrizes favorecem o incremento da prática docente nas unidades escolares, quanto ao desenvolvimento dos objetos de conhecimento com embasamento teórico para que os seus educandos possam ter melhor desempenho.

## **5.7. A Política De Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade**

A família é um núcleo social de pessoas unidas seja por laços sanguíneos ou afetivos, onde ambos compartilham o mesmo espaço, mantendo uma relação solidária, de compartilhamento. Compreender as relações familiares se torna fundamental para compreensão ampliada dos alunos em processo de aprendizagem.

Antes de iniciarmos o ano letivo, realizamos um encontro com as famílias tendo por objetivo manter o diálogo sobre o funcionamento das unidades escolares, buscando seu apoio nos diversos sentidos, sejam eles, rotina de horários na entrada e saída, apoio nos estudos e acompanhamento escolar.

Assim, pensar nos alunos em processo de desenvolvimento é compreender que esses não se desenvolvem sozinhos, mas em um meio constituído de pessoas

unidas por laços de parentesco ou relações de amizade, porém, sabemos que existem lares nos quais as crianças recebem o mínimo de atenção e apoio na resolução das atividades diárias.

Partindo desse pressuposto, a escola sempre que nota a ausência de algum dos seus alunos, procura juntos aos familiares saber o motivo/razão pela qual o mesmo veio a faltar. Quando essa ausência se torna freqüente, a escola juntamente com a Secretaria Educação, representada pelo projeto “Eu amo a minha escola”, se dirigem até a residência do aluno fazendo assim a “busca ativa”.

### **5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade**

Ao realizar a matrícula dos filhos nas escolas do Núcleo Regionalizado A, cada família deixa conosco as características sociais e econômicas de seu contexto, com intuito de conhecer a realidade de cada aluno e de sua família, todas essas informações são elencadas na ficha de matrícula, a qual possui um questionário com informações sobre renda, escolaridade e profissão dos pais, cidade de origem, cartão do SUS, CPF, RG entre outros. De posse desses dados, passamos a pensar na melhor maneira de desenvolver ações, projetos, bem como estabelecer parcerias.

A relação de comunicação passa a ter mais regularidade, os pais ou responsáveis passam a conversar com seus filhos sobre as atividades escolares, participam dos eventos, reuniões, da vida escolar, valorizando os sonhos dos seus filhos, acreditando que, por meio da aprendizagem, eles se tornarão mais capazes de interagir com o mundo que os rodeia.

Segundo Rosa Maria Torres (2019, p.22)

*A escola não é um ente separado da comunidade; é parte da comunidade, está inserida na comunidade. A função da escola é servir a comunidade, e não o contrário: comunidades não foram criadas para servir a escola. É a escola que deve participar na comunidade, vincular-se à comunidade, colocar-se a seu serviço. É a escola que deve aproximar-se das necessidades e expectativas dos pais e da comunidade em seu conjunto.*

Nesse sentido, cabe a instituição buscar meios que possam estreitar ainda mais a comunicação entre escola e família. A gestão deve buscar meios que possibilite a família vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativas nessa caminhada.

### **5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96, no artigo 2º, diz “que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996).

A família tem dever de oferecer a seus filhos ou responsáveis o acesso a educação para que eles desenvolvam suas competências e habilidades. Atuando, como uma das mais antigas e importantes instituições sociais, a mesma tem papel fundamental na formação plena do cidadão, pois, é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte e de onde são recebidas as orientações e princípios básicos como valores éticos e morais.

Nesse sentido, o ensino em nossas escolas é desenvolvido baseado nos princípios de igualdade e respeito, onde todos, independentemente do gênero, religião, condições financeiras, etnia, possam se sentir acolhido no ambiente escolar.

### **5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade**

De acordo com Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Em seu artigo primeiro, a LDB trata da educação de uma forma muito ampla. Ela reconhece que a escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações (crianças, adolescentes) e também os jovens e adultos com várias outras instituições da sociedade para ela, a família e a escola compartilham a responsabilidade pela educação com várias outras instituições.

Dessa forma o Núcleo Regionalizado A, vem desenvolvendo um projeto que tem por objetivo estimular ainda mais essa relação de convívio, tendo com o título: “Escola e Família de Mãos Dadas no Mundo da Leitura”. As famílias e comunidade em geral são convidadas a fazerem parte do projeto, através de apresentações, com musicas, receitas, leituras, atividades culturais e outras, assim os filhos percebem que os pais ou responsáveis estão participando ativamente da vida escolar e passam a se sentirem mais seguros, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Os pais sempre são convidados a adentrarem no ambiente escolar, não apenas nas apresentações, mas nas reuniões de pais e mestres, do conselho escolar, do caixa escolar, ao final de cada etapa realizamos o plantão pedagógico

onde os mesmos ficam sabendo sobre o desempenho dos filhos, em qual ponto avançou onde precisa melhorar, a participação dos pais é fundamental também para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das nossas instituições. Portanto, a escola é constituída pela comunidade, dessa forma, todos se tornam co-responsáveis pelas tomadas de decisões, para conseguirmos alcançar os melhores resultados na educação dos alunos.

## **6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

### **6.1. Concepção de Avaliação do PPP**

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido no Núcleo Regionalizado A, pontuando as exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização social e gestão.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, p.1).

A obtenção deste documento e o conjunto de finalidades constituem a razão do Projeto Político Pedagógico da nossa escola, que continuamente é construído, pois se trata de um processo e não simplesmente de um produto que se pretende oferecer. A construção desse documento contou com a participação de todos: alunos, pais ou responsáveis, professores, coordenação, direção, colaboradores, e a comunidade local.

Pensando dessa forma nos períodos que sucederam a efetivação da referida construção do PPP, o Núcleo Regionalizado A, realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, o questionário de perfil identitário de todos os segmentos institucionais. Este processo foi árduo em função do número de escolas e da distância entre as mesmas.

O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento na perspectiva de construir uma proposta pedagógica consciente. Fez com que pesquisássemos sobre a realidade, examinado-a, interpretando-a com o intuito de descobrir novos caminhos. De posse dos dados

pesquisados, foram realizados encontros de planejamento estratégico com a participação do comitê organizador.

A educação aqui defendida deve proporcionar aos educandos os conhecimentos necessários ao exercício pleno da cidadania, de modo que possam desenvolver habilidades e competências necessárias à sua inserção no mundo do trabalho. Para tanto é fundamental também, desenvolver as dimensões cognitivas, afetivas, culturais, políticas e socioeconômicas.

O PPP será o nosso fio condutor numa trajetória democrática e educacional, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigor deste o ano 2018, com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) esses serão os pilares norteadores da educação em nossas comunidades escolares do Núcleo Regionalizado A.

## **6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos**

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado A, representa um conjunto de diretrizes organizacionais que expressam e orientam as práticas pedagógicas e administrativas das nossas escolas, como estabelecem os documentos norteadores. Ao folhear este documento que tem o perfil identitário de nossa instituição, o mesmo orientará sobre a função social, visão e valores, o papel que a escola assume para com a comunidade, suas características e a leitura coletiva de seus sujeitos.

De acordo com a lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que ressalta a importância desse instrumento em vários de seus artigos entre eles o Art. 12º. “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Ainda em seu O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica”. Ficando evidente a importância deste documento no ambiente escolar.

O projeto político pedagógico será o guia de todas as nossas ações, apresentado questões relativas à formação dos professores, contextualizando as especificidades de sua atuação profissional, problematizando a organização

curricular como elemento fundamental, garantindo uma formação que articule as dimensões humana, reflexiva, científica e tecnológica. As diretrizes pedagógicas aqui defendidas são orientadas para uma visão curricular que tem como propósito promover um processo formativo referenciado no desenvolvimento de competências profissionais

Quanto aos aspectos, estes se constituem em:

- **Filosóficos** que se referem à visão de mundo, de sociedade, de homem, de infância;

- **Socioantropológicos** que abordam questões como, respeito, à visão do contexto sociocultural da família, concepções sobre as diversas relações sociais com a mesma, a comunidade e os movimentos sociais;

- **Psicopedagógicos** contendo a visão de desenvolvimento infantil, o método de ensino aprendizagem e o processo de construção do conhecimento.

A metodologia utilizada baseia-se na abordagem de pesquisa qualitativa contendo pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo através de questionário, pesquisa documental.

### **6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um dos documentos utilizados para viabilizar a escola democrática e de qualidade a todas as pessoas sejam elas colaboradores ou a comunidade em geral. O Artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:

*I - sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola.*

As Diretrizes Curriculares Nacionais objetivam nortear a organização dos currículos e direitos de aprendizagens e conteúdos básicos, de forma a assegurar a formação integral básica dos educados. Esse processo que engloba os vários aspectos do desenvolvimento humano evidencia a importância do educar e do cuidar, preparando os estudantes para a continuidade dos estudos.

A Portaria (SEC) nº 018/2022: Estabelece Diretrizes Orientadoras para (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas integrantes da Rede Municipal de Ensino o qual em seu Art. 5º. diz que:

*Para o processo de elaboração ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), sejam realizadas atividades de estudos e ações voltadas à promoção da identidade na/da escola pública plural, ancorada em suas realidades, mas também perspectivando a sua transformação para uma escola equitativa, contextualizada, articulada com sua rede de pertencimento local, democrática e com qualidade escolar para todos e todas, levando em consideração as seguintes temáticas que perpassam a organização do trabalho escolar:*

*I – O lugar/função social da escola no PPP;*

*II – O lugar/função de concepções no PPP;*

*III – O lugar/função no PPP da Gestão Escolar;*

*IV – O lugar/função no PPP do Currículo;*

*V – O lugar/função no PPP da Didática;*

*VI – O lugar/função no PPP da Aprendizagem/Formação;*

*VII – O lugar/função no PPP da Avaliação;*

*VIII – O lugar/função no PPP da Gestão;*

*IX – O lugar/função no PPP do trabalho docente;*

*X – O lugar/função no PPP da formação de professores em atuação.*

Assim, cada etapa foi elaborado de acordo com as diretrizes específicas visando o desenvolvimento do processo de aprendizagens, tendo sua identidade cultural e humana respeitada, desenvolvida nas suas relações com os demais que compõem o coletivo do Núcleo Regionalizado A, mantendo uma relação com as outras unidades escolares e com a sociedade. É nesse sentido que se deve pensar e conceber o projeto político-pedagógico.

#### **6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP**

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado A, composto por 6 unidades escolares, foi construído tendo a participação de toda comunidade escolar, a mesma se deu por meio de formulários que foram elaborados contendo questionamentos sobre todos os aspectos que envolvem as unidades, desde a gestão, o pedagógico, estrutura física, como o que poderia ser futuramente construído.

Para a construção do documento realizamos pesquisas de campo com visita à Biblioteca Municipal e as famílias que residem desde o início da construção das unidades escolares, como também pessoas influentes do município. Outras fontes também foram utilizadas para o desenvolvimento do mesmo, como livros, artigos, leis federais, estaduais e municipais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

além dos referencias curriculares, BNCC, DCRB, DCRM, Portaria do Magistério e Regimento Escolar.

No ano de 2023, em cada unidade escolar do Núcleo Regionalizado A, será realizado um momento de reunião para apresentação dos principais pontos do PPP, no mesmo dia, cada escola receberá uma cópia do Projeto Político Pedagógico, para que todos que compõem aquela unidade/comunidade escolar (professores, alunos, colaboradores e comunidade) possam ter acesso a tudo quanto foi proposto no mesmo, para que possam fazer valer seus direitos, como também seus deveres.

Assim, a avaliação desenvolvida nas escolas do Núcleo Regionalizado A, é vista como o conjunto de ações que possa contribuir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, acontecendo de forma interdisciplinar, trazendo novas possibilidades de organização e reflexão do fazer pedagógico.

Em relação à avaliação institucional o processo é mais amplo, pois não avaliamos apenas a aprendizagem do aluno em si, mas todo o percurso que contribui para a o desenvolvimento do mesmo, o trabalho do professor, gestor, coordenador, os projetos pedagógicos, a estrutura de ensino, ou seja, todo o processo envolvido na comunidade escolar, “[...] neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”.

A avaliação aqui referida é entendida como processo de autonomia da escola, ação de aprendizagem e crescimento. A mesma não pode reduzir-se a um processo técnico, porque ela deve está inserida num projeto de educação e sociedade, ou seja, está atrelado ao projeto político pedagógico e aos documentos referencias curriculares em vigência (BNCC, DCRB e DCRM).

*A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica (VEIGA, p.11).*

O PPP do Núcleo Regionalizado A, contempla a organização do trabalho da escola como um todo, o mesmo encontra-se embasado em princípios que norteiam a gestão democrática, “uma estrutura administrativa [...], adequada à realização de

objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, [...] que estimulem a participação de todos no processo de decisão”, assim os envolvidos no trabalho escolar participam das tomadas de decisões e dos rumos que a escola seguirá, umas das formas de participação é os conselhos escolares.

Nos conselhos escolares há a participação de todos os segmentos, pais, professores/as e demais colaboradores, objetivando a ampla participação nas decisões da escola, nos âmbitos administrativo, político-pedagógico e financeiro, com intuito de colaborar, fiscalizar, apoiar, promovendo e estimulando a comunidade escolar, em busca da melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

A comunidade escolar será convidados a conhecerem o nosso projeto político pedagógico, e assim, contribuirão no processo constante de acompanhamento e avaliação, que se darão por meio de análise, discussões, nos momentos de ACs e reuniões demarcadas especificamente para estes fins. Dessa forma, a avaliação do PPP, é compreendida como um processo necessário para a dinâmica das nossas escolas, necessitando acontecer de forma contínua.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Projeto Político Pedagógico na forma como foi desenvolvido pelo grupo de trabalho do Núcleo Regionalizado A, traz em si grandes conquistas no que se refere a um trabalho colaborativo que tornou o processo rico e gratificante, o resultado dessas reflexões e interações, por ser um instrumento resultante de uma gestão democrática, será objeto de permanente reflexão, no que se refere aos princípios e valores que fundamentam a prática da escola, a sua estrutura de organização instâncias e decisões, as relações com a comunidade escolar para adaptar-se as mudanças culturais e sociais. Sendo o documento norteador das atividades administrativas e pedagógicas das escolas que compõem.

O processo de elaboração do projeto político-pedagógico foi fundamental porque envolveu as pessoas que atuam na escola, damos a elas a sensação de pertencimento, de envolvimento com a instituição. Assim, a gestão democrática e participativa é instrumento de superação do autoritarismo e do individualismos. Para vivenciá-la é preciso criar momentos coletivos e específicos de discussão sobre o significado de democracia, autonomia, descentralização, participação, cidadania.

O PPP constitui-se em um imprescindível instrumento de intervenção na realidade escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano escolar, configurando assim como um canal de diálogo e de participação dos diversos protagonistas da comunidade externa.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 2017.

BAHIA. Documento Curricular Referencial da Bahia, 2018.

ANGUERA. Documento Curricular Referencial Municipal, 2022.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasil, 2013. Acessado em 27/09/2022. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil, 1996. Acessado em 23/09/2022. Disponível em:

[https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei\\_diretrizes.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf)

PEREZ, Tereza. Diálogo escola-família: Parceria para a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Ed. Moderna, 2019. Acessado no dia 23/09/2022. Disponível em: [https://comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Dia%CC%81logo\\_site.pdf](https://comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Dia%CC%81logo_site.pdf)

Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 de Outubro de 2020. Acessado em 30/11/2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino e Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. Acessado em 23/09/2022. Disponível em [https://moodle.educacao.rs.gov.br/pluginfile.php/20346/mod\\_resource/content/1/Projeto\\_Politico\\_Pedagogico%20Vasconcellos.pdf](https://moodle.educacao.rs.gov.br/pluginfile.php/20346/mod_resource/content/1/Projeto_Politico_Pedagogico%20Vasconcellos.pdf)

Inovações Tecnológicas na Educação: Contribuições para Gestores Públicos. Brasil, 2014. Acessado em 23/09/2022. Disponível em: [https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/Inova%C3%A7%C3%B5es-Tecnol%C3%B3gicas-na-Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-gestores-p%C3%BAblicos-1.pdf](https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/Inova%C3%A7%C3%B5es-Tecnol%C3%B3gicas-na-Educa%C3%A7%C3%A3o_Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-gestores-p%C3%BAblicos-1.pdf)

FUCK, Marcos Paulo; VILHA, Anapátricia Morales. Inovação Tecnológica: da definição à ação. Acessado em: 23/09/2022. Disponível em: <file:///C:/Users/COORDENACAO/Downloads/inovacao-tecnologica.pdf>.

Secretário da Educação do Estado da Bahia. Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019. Acessado em 29/11/2022. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/BNCC/ResolucaoCEEn1372019.pdf>

Brasil. LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 29/11/2022. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)

Brasil. Constituição Federal (Artigos 196 a 200). Seção II da Saúde. Acessado em 16/09/2022. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaofederal.pdf)

FELIPPE, Bárbara Colossi. A Pesquisa como Princípio Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um estudo de caso com docentes participantes do edital 20/2017/proppi/da e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Florianópolis, 2019. Acessado em 24/08/2022. Disponível em: <file:///C:/Users/COORDENACAO/Desktop/PPP/A%20PESQUISA%20COMO%20PRINC%3%8DPIO%20PEDAG%3%93GICO%20NA%20EDUCA%3%87%3%83O%20PROFISSIONAL%20T%3%89CNICA%20DE%20N%3%8DVEL%20M%3%89DIO.pdf>

BRASIL. LEI N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Acessado em 16/08/2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=disposto%20neste%20artigo.,Art.,da%20economia%20e%20da%20clientela](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=disposto%20neste%20artigo.,Art.,da%20economia%20e%20da%20clientela).

OLIVEIRA, Hilderline Câmara; SANTOS, Joseneide Sousa Pessoa; CRUZ, Eduardo Franco Correia. O mundo do trabalho: concepções e historicidade. Acessado em 24/08/2022. disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/178d5144a74686f5b7ffHILDERLINE%20C%3%82MARA\\_JOSENEIDE%20SANTOS\\_EDUARDORDO%20CRUZ.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/178d5144a74686f5b7ffHILDERLINE%20C%3%82MARA_JOSENEIDE%20SANTOS_EDUARDORDO%20CRUZ.pdf)

Estatuto da Criança e do Adolescente, Outubro de 2017. Acessado no dia 27/07/2022. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf)

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública: um diálogo no município de Alagoinhas/PB. Acessado em 15/07/2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/8/avaliacao-institucional-e-a-gestao-democratica-na-escola-publica-um-dialogo-no-municipio-de-alagoinhaspb>

BIGATON, Roslei Aparecida Sindorski. Perfil de Professores da Educação Básica e Análise Multidimensional. Itajaí 2005. Acessado em 07/09/2022. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/ROSLEI%20BIGATON.pdf>

ANEXO











